

LUIS CARLOS KOVALSKI

A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1930 DO SÉCULO XX:
ESTUDO SOBRE A “TEORIA DOS CHOQUES ADVERSOS” E O “CAPITALISMO
TARDIO”.

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, no curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.^a Franciose Iatski de Lima.

CURITIBA
2011

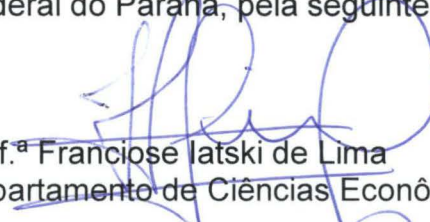
TERMO DE APROVAÇÃO

LUIS CARLOS KOVALSKI

A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1930 DO SÉCULO XX:
ESTUDO SOBRE A “TEORIA DOS CHOQUES ADVERSOS” E O “CAPITALISMO
TARDIO”.

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, no curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora:


Prof.^a Franciose Iatski de Lima
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR


Prof. Dr. Marcelo Luiz Curado
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR


Prof.^a Dayani Cris de Aquino
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR

Curitiba, 01 de Julho de 2011.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por tudo.
A minha família, pelo apoio recebido.
A Professora Franciose, pela orientação e toda atenção dispensada.
A todos os Professores do Departamento de Economia da UFPR.
Aos funcionários da coordenação do curso de Ciências Econômicas.

RESUMO

No início do século XX, o dinamismo econômico brasileiro dependia do setor externo, da demanda externa pela produção primária brasileira, sendo o modelo de desenvolvimento econômico denominado como primário-exportador. Com a crise mundial de 1929, e a crise interna simultânea decorrente da grande oferta do café, rompe-se o modelo primário exportador. O novo modelo de desenvolvimento, baseado na substituição de importações, passou a depender da demanda interna, gerando crescimento industrial. O objetivo proposto, através da descrição e análise da teoria dos choques adversos e da ótica do capitalismo tardio, utilizando-se dos escritos dos principais expoentes destas teorias, é determinar qual das teorias explica mais adequadamente a ruptura do modelo de desenvolvimento primário exportador e passagem ao novo modelo de desenvolvimento, baseado na substituição de importações. Depois de descrever e analisar a teoria dos choques adversos e a ótica do capitalismo tardio, verificou-se a existência de compatibilidade e complementaridade entre as teorias, já que a ótica do capitalismo tardio apresentou as condições para a ruptura do modelo primário exportador, enquanto que a teoria dos choques adversos explicou e apresentou, através da análise clássica de Celso Furtado, as razões para a ruptura da dinâmica do modelo primário-exportador e passagem ao novo modelo de desenvolvimento econômico, baseado na substituição de importações.

Palavras-chave: Modelo primário-exportador. Ruptura. Choques adversos. Capitalismo tardio.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	4
2 REVISÃO TEÓRICA	6
2.1 A TEORIA DOS CHOQUES ADVERSOS	6
2.1.1 O Pensamento Cepalino	7
2.1.2 Industrialização Brasileira Antes e Depois da Crise de 1929	11
2.2 O CAPITALISMO TARDIO	14
2.2.1 Raízes do Capitalismo Tardio	14
2.2.2 Gênese e Evolução do Capital Industrial.....	17
2.2.3 Evolução Industrial e Evolução do Setor Cafeeiro.....	22
3 RUPTURA DA DINÂMICA DO MODELO PRIMÁRIO-EXPORTADOR	30
3.1 RAZÕES DA RUPTURA DO MODELO PRIMÁRIO-EXPORTADOR.....	30
3.2 ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL E RECUPERAÇÃO ECONÔMICA.....	37
3.2.1 Política Monetária.....	39
3.2.2 Política Fiscal	40
3.2.3 Política Comercial e Cambial	41
3.3 A DINÂMICA DO PROCESSO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES.	41
4 CONSEQUÊNCIAS DA RUPTURA DO MODELO PRIMÁRIO-EXPORTADOR ...	45
4.1 O CAPITALISMO TARDIO: CONSEQUÊNCIAS DA RUPTURA	45
4.2 TEORIA DOS CHOQUES ADVERSOS: CONSEQUÊNCIAS DA RUPTURA.....	48
4.3 ANÁLISE DA RUPTURA DO MODELO PRIMÁRIO-EXPORTADOR, SEGUNDO AS TEORIAS ABORDADAS	50
5 CONCLUSÃO	54
REFERÊNCIAS	56

1 INTRODUÇÃO

No início do século XX, o processo de acumulação capitalista no Brasil tinha sua dinâmica atrelada ao comércio exterior de seu principal produto, o café. A incipiente indústria brasileira destinava-se a atender a demanda local por bens de consumo assalariado, sendo seu dinamismo dependente da demanda gerada pelo setor cafeeiro. Este modelo de desenvolvimento econômico em que o dinamismo da economia brasileira dependia, em última instância, da demanda externa, era chamado de modelo primário-exportador.

No final da década de 1920, duas crises afetaram a economia brasileira, a saber: crise interna devido a grande oferta de café, motivada pela manutenção de altas taxas de lucratividade na venda do produto, e a crise mundial de 1929. Uma consequência de tais crises foi a queda do preço do café no mercado internacional. Tal fato desestimulou novos investimentos no plantio do café e, ocorrendo desvalorização da moeda brasileira devido à fuga de capitais, as importações foram encarecidas. É neste cenário de importações encarecidas e desestímulo a inversões no plantio do café, que ocorre a ruptura do modelo primário-exportador e a passagem a um novo modelo de desenvolvimento, baseado na substituição de importações e caracterizado pela mudança da dinâmica de acumulação, que passou a basear-se na demanda interna, gerando crescimento industrial.

Há diversas interpretações sobre as origens do desenvolvimento industrial brasileiro, a saber: Teoria dos choques adversos (ocorrência de eventos que afetam o setor externo da economia, gerando restrições às importações e incentivos a atividade interna); Ótica da industrialização liderada pela expansão das exportações (desenvolvimento industrial ocorre durante períodos de bom desempenho do setor exportador e se retrai durante períodos de crise do setor exportador); Ótica do capitalismo tardio (desenvolvimento industrial decorrente da evolução do capitalismo brasileiro, de forma tardia); Ótica da industrialização intencionalmente promovida por políticas do governo; Desenvolvimento industrial explicado nos termos da teoria do crescimento econômico induzido por produtos básicos (crescimento industrial induzido pela expansão do setor exportador).

Um estudo pormenorizado de todas as interpretações sobre as origens do desenvolvimento industrial brasileiro excederia os limites propostos para este trabalho, sendo que as opções de abordagem propostas não invalidam de modo

algum as demais interpretações. Neste conteúdo serão abordadas a ótica do capitalismo tardio e a teoria dos choques adversos, buscando explicar quais as razões e conseqüências, segundo estas duas interpretações sobre as origens do desenvolvimento industrial brasileiro, da ruptura do modelo primário-exportador para a economia brasileira.

A intenção deste trabalho é definir, entre as teorias abordadas (ótica do capitalismo tardio e teoria dos choques adversos), qual explica mais adequadamente as razões da passagem da economia brasileira ao modelo de desenvolvimento econômico baseado na substituição de importações.

Para empreender tal tarefa, será efetuada a descrição e análise da ótica do capitalismo tardio e da teoria dos choques adversos. Para descrição da teoria dos choques adversos, serão utilizadas, nuclearmente e não exclusivamente, as obras de Celso Furtado (*Formação Econômica do Brasil*) e Maria da Conceição Tavares (*Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*), além de escritos do economista Raul Prebisch. Para a descrição da ótica do capitalismo tardio serão utilizadas, também nuclearmente e não exclusivamente, as obras de João Manuel Cardoso de Mello (*O Capitalismo Tardio*), e Liana Maria Aureliano (*No Limiar da Industrialização*).

No primeiro capítulo deste conteúdo serão descritas a teoria dos choques adversos e a ótica do capitalismo tardio. No segundo capítulo serão apresentadas as razões, segundo a teoria dos choques adversos e a ótica do capitalismo tardio, da ruptura do modelo primário-exportador. No capítulo final serão apresentadas as conseqüências da passagem ao modelo de desenvolvimento econômico baseado na substituição de importações, de acordo com as óticas abordadas, bem como será efetuada a análise das teorias, a fim de indicar qual delas explica mais adequadamente a passagem ao novo modelo de desenvolvimento.

2 REVISÃO TEÓRICA

Este capítulo apresentará duas vertentes teóricas que tratam da ruptura do modelo de desenvolvimento econômico primário-exportador e explicam o posterior processo de industrialização ocorrido na economia brasileira na década de 1930, a saber: teoria dos choques adversos e a ótica do capitalismo tardio.

O capítulo será dividido em duas seções. Na primeira seção serão apresentadas a teoria dos choques adversos, algumas considerações da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) quanto à necessidade de industrialização latino-americana, e o choque adverso da crise mundial de 1929 e suas conseqüências sobre a industrialização brasileira. Na segunda seção será efetuada a revisão teórica da ótica do capitalismo tardio, enquanto vertente teórica explicativa do processo de industrialização brasileiro.

2.1 A TEORIA DOS CHOQUES ADVERSOS

A teoria dos choques adversos entende o crescimento industrial verificado nas economias primário-exportadoras como resultante de crises, guerras ou fatos conjunturais externos ou também internos, fatos estes que acabam por afetar o setor externo destas economias, dificultando às importações e induzindo ao crescimento industrial de atividades internas que acabam por substituir parte das importações externas.

A ocorrência de um choque adverso (crises no setor exportador, guerras, crises econômicas internacionais) afetando o setor externo da economia aumenta os preços relativos das importações e/ou impõe dificuldades à importação. Em conseqüência, a procura interna, sustentada por políticas econômicas expansionistas, desloca-se para as atividades internas substituidoras de importação. (SUZIGAN, 1986, p. 23).

Esta interpretação do desenvolvimento industrial latino-americano originou-se de documentos elaborados pela CEPAL, sendo necessário resgatar algumas considerações contidas em tais documentos, principalmente quanto ao comércio internacional e as conseqüências da dinâmica de tal comércio sobre a economia latino-americana, sendo este o assunto a ser abordado a seguir.

2.1.1 O Pensamento Cepalino

Segundo a CEPAL, existia um padrão de relacionamento comercial entre os países centrais e periféricos. Países centrais, de acordo com Rodriguez (1981, p. 42), apresentavam estrutura produtiva diversificada e homogênea, e países periféricos apresentavam estrutura produtiva especializada e heterogênea. O padrão de relacionamento comercial, segundo Furtado (1978, p. 50), surgiu na segunda metade do século XIX, com a formação de um sistema de divisão internacional de trabalho, de âmbito mundial. Tal sistema baseava-se na teoria das vantagens comparativas. Furtado (197, p. 50), ao referir-se à Inglaterra, cita que constituído um núcleo industrial importante em tal país, e consolidada uma posição de avanço deste país em relação aos demais, não seria difícil demonstrar, no quadro das vantagens comparativas em termos estáticos, que para os demais países era vantajoso adquirir na Inglaterra os produtos industriais, pagando-os com matérias-primas.

A existência de vantagens bilaterais no comércio entre a Inglaterra e demais países foi questionada por Prebisch (1949, p. 47), ao alegar que a argumentação relativa as vantagens econômicas da divisão internacional de trabalho teve validade teórica inquestionável somente para o conjunto dos grandes países industriais. De acordo com a argumentação citada, o fruto do progresso técnico tendia a repartir-se igualmente na economia mundial, seja pela baixa dos preços ou pela alta equivalente das remunerações. Por meio do intercâmbio internacional, os países de produção primária iriam obter a sua parte nesse fruto, e sendo assim, não necessitariam industrializar-se, sendo que se o fizessem, sua menor eficiência faria com que os mesmos perdessem as vantagens clássicas do intercâmbio. De acordo com Prebisch (1949, p. 48), o erro está em atribuir caráter geral ao que é circunscrito, uma vez que só aos países industrializados coube recolher os frutos do progresso técnico, já que as vantagens do desenvolvimento da produtividade não chegaram à periferia em medida comparável ao que lograram desfrutar as populações dos países industrializados, gerando assim uma diferença entre os níveis de vida das massas de países centrais e periféricos, ocorrendo então discrepância entre suas forças de capitalização, uma vez que a margem de poupança depende do aumento da produtividade.

Ainda a respeito da apropriação dos frutos do progresso técnico pelos países centrais, Prebisch (1949, p. 55), cita que parece que o progresso técnico foi

mais acelerado, entre 1876 e 1935, na indústria dos países centrais do que na produção primária dos países periféricos. Assim, se os preços finais baixassem mais quanto maior a produtividade, tal baixa de preços seria menor nos produtos primários do que nos produtos industriais, não havendo vantagem econômica que levasse a América Latina a industrializar-se. Porém, desde os anos setenta do século XIX até antes da Segunda Guerra Mundial, a relação de preços se moveu constantemente contra a produção primária. Na década de trinta do século XX só se podiam comprar 63% dos produtos finais da indústria que se compravam na década de setenta do século XIX com a mesma quantidade de produtos primários.

Essa diferença de evolução dos preços é explicada, de acordo com Prebisch (1949, p. 56), pela diferença de acréscimo de remuneração dos empresários e dos fatores de produção, em relação à produtividade, entre países centrais e periféricos. Entre os anos setenta do século XIX e os anos trinta do século XX, a remuneração dos empresários e dos fatores de produção cresceram nos países centrais mais que o aumento da produtividade, ocorrendo o inverso na periferia. Isso explica porque os centros retiveram integralmente o fruto do progresso técnico de sua indústria e porque os países da periferia transpassaram-lhe uma parte do fruto do seu próprio progresso técnico. Além disso, segundo Prebisch (1949, p. 56), a retenção dos frutos do progresso técnico nos países centrais explicou a enorme capacidade de poupança destes, e talvez tal poupança também explicasse o ritmo intenso de progresso técnico que caracterizou o desenvolvimento capitalista.

Desta forma, torna-se necessário explicar por que o crescimento das remunerações dos empresários e dos fatores de produção foram maiores nos países centrais do que nos países periféricos. A explicação recai, segundo Prebisch (1949, p. 58-59), no movimento cíclico da economia e na forma como tal movimento se manifesta nos países centrais e periféricos. Quando a economia de países centrais se expande, a procura de artigos terminados é maior que a oferta e os preços sobem, e quando tais economias se retraem, a oferta supera a demanda e os preços caem. Na expansão das economias centrais, a demanda por produtos primários aumenta, e os preços dos produtos primários nesta fase expansiva, tendem a aumentar mais que os preços dos produtos industriais. Durante a fase de expansão, parte dos benefícios nos países centrais é transformada em aumentos salariais, por pressão das classes operárias. Quando a economia dos países centrais se retrai, ocorre resistência à baixa de salários nestes que, ao não conseguirem comprimir as

remunerações internamente, pressiona os países periféricos a fazê-lo. Nos países periféricos, a desorganização das massas operárias, principalmente da agricultura, não permite que tais massas obtenham aumentos salariais comparáveis aos obtidos nos países centrais e os mesmos também não conseguem defender seus rendimentos nas crises. Portanto, a compressão salarial é mais factível na periferia que no centro.

A maior capacidade das massas, nos centros cíclicos, para conseguir aumentos de salários na crescente e defender seu nível na minguante, e a aptidão desses centros, em razão do papel que desempenham no processo cíclico, para deslocar a pressão cíclica para a periferia, obrigando a comprimir suas remunerações mais intensamente que nos centros, explicam por quê as remunerações nestes tendem, persistentemente, a subir com mais força que nos países da periferia, segundo se torna patente na experiência da América Latina. PREBISCH (1949, p. 59).

O desequilíbrio da apropriação dos frutos do progresso técnico entre países centrais e periféricos incita a ruptura do esquema de divisão internacional do trabalho imposto a América Latina. De acordo com Prebisch (1949, p. 48), a industrialização seria o único caminho viável para que a América Latina passasse a reter parte do fruto do progresso técnico em suas fronteiras, e assim elevar progressivamente o nível de vida de suas massas.

Na concepção do sistema centro-periferia, a industrialização é considerada um fato real e um fenômeno espontâneo, que indica a existência de uma mudança no modelo do crescimento periférico, uma transformação do desenvolvimento para fora, baseado na expansão das exportações, em desenvolvimento para dentro, baseado na ampliação da produção industrial. RODRIGUEZ (1981, p. 43).

De acordo com Rodriguez (1981, p. 43-44), a industrialização da América Latina decorreu de transformações estruturais que ocorreram na economia mundial nos anos vinte, particularmente a substituição da Inglaterra pelos Estados Unidos como centro cíclico principal, apresentando tal país um caráter relativamente fechado de sua economia, com tendência a diminuir o seu coeficiente de importação. A explicação para o baixo coeficiente de importações dos Estados Unidos advém, segundo Prebisch (1949, p. 60-61), principalmente do progresso técnico deste país. A maior produtividade contribuiu para que os Estados Unidos prosseguissem e acentuassem sua política protecionista. Isso se deve ao fato de que o progresso técnico, numa determinada época, não atua por igual em todas as

indústrias, porém ao estender às indústrias de menor progresso a alta de salários provocada pela grande produtividade das indústrias avançadas, tais indústrias de menor progresso perdem competitividade perante indústrias estrangeiras, que pagam menores salários. Dessa forma, tais indústrias, apesar de serem mais produtivas que suas congêneres externas, necessitam de proteção para se defenderem da concorrência externa. Exemplo desta proteção foi a dispensada a agricultura norte-americana que, mesmo com grande aperfeiçoamento de técnicas, necessitou de proteção para defender-se de competidores estrangeiros, por pagar remunerações relativamente mais altas que estes.

Outra característica do novo centro cíclico que afetou as forças dinâmicas mundiais, segundo Prebisch (1949, p. 63-64) foi a tendência de tal centro em atrair as reservas monetárias de outros países para dentro de suas fronteiras, nos momentos de crise, principalmente na década de 1930 do século XX, e a relativa lentidão com que, ao recuperar-se a economia de tal centro, os outros países conseguiam refazer suas reservas monetárias em decorrência do comércio com o novo centro cíclico, dado o baixo coeficiente de importações de tal centro. Tal fato provocou problemas no balanço de pagamento dos países periféricos, dada a ausência de dólares para compra de mercadorias e serviços necessários para atender as necessidades internas destes países. Para defenderem suas reservas monetárias, os países periféricos reduziram seus coeficientes de importação.

Se não ocorreu isto foi justamente porque, para atenuar a contração que se propagava desde o centro, já antes haviam reduzido seu coeficiente de importações e outras partidas passivas e, especialmente, o de importações procedentes dos Estados Unidos, as quais baixaram mais que as de outras procedências. PREBISCH (1949, p. 66).

De acordo com Rodriguez (1981, p. 44), os problemas no balanço de pagamentos dos países periféricos, decorrentes da atração das reservas monetárias para o interior da economia norte-americana, impulsionavam o processo espontâneo de industrialização da periferia, pois o contínuo déficit externo induzia a adoção de medidas restritivas de importações, o que dava origem a estímulos para que se substituíssem as importações pela produção interna de bens manufaturados, sendo que o caráter mais fechado da economia norte-americana se refletiu em um desenvolvimento periférico também mais fechado, caracterizado pela substituição de importações e desenvolvimento para dentro. Nas palavras de Prebisch (1949, p. 62),

“Nestas novas condições, de fato, da economia internacional é que começou a desenvolver-se o processo de industrialização da América Latina.”.

Com relação ao processo de industrialização, conforme citado por Suzigan (1986, p. 24), o mesmo permitiu a mudança do padrão de crescimento, já que a variável exógena procura externa, fonte do dinamismo e crescimento das economias periféricas, foi substituída pela variável endógena investimento. Desta forma, as economias periféricas deixaram de ser reflexas e dependentes das decisões tomadas pelos países centrais, pois o centro de decisão dos países periféricos foi transferido para o interior destes países.

A seguir, será abordada a teoria dos choques adversos como aplicável à evolução do processo de industrialização brasileira no período imediatamente anterior à crise econômica mundial de 1929 e posterior a tal crise.

2.1.2 Industrialização Brasileira Antes e Depois da Crise de 1929

De acordo com Furtado (1978, p. 116), o ponto de partida da industrialização latino-americana foi a especialização na produção, que permitiu a elevação da produtividade e da renda, abrindo o caminho para a formação de um núcleo de mercado interno de produtos manufaturados e para a construção de uma infraestrutura. Neste período de transição para uma economia industrial, segundo Furtado (1978, p. 118), o Brasil reunia as condições mais favoráveis para tal transição, a saber: a produção do café se realizava em condições que favoreciam a construção de infra-estrutura de transportes; os salários eram suficientemente altos, para atrair imigrantes, dada à escassez de mão-de-obra local; oferta abundante de alimentos, que preservou parte da capacidade para importar; e captação de energia elétrica de fonte hidráulica com tarifas baixas, desde os primórdios da industrialização. Neste período de transição, a industrialização existente foi induzida pela expansão das exportações, não havendo, segundo Suzigan (1986, p. 26), antagonismo entre setor exportador e as atividades internas, e sim interdependência entre eles, ocorrendo crescimento industrial no modelo primário-exportador.

Ainda em relação a tal crescimento industrial, segundo Tavares (1978, p. 30), foi o desenvolvimento do setor exportador que gerou um processo de urbanização, ao longo do qual se estabeleceram indústrias de bens de consumo interno, tais como as de tecido, calçados e vestuário, sendo que tais indústrias

“tradicionais” e de baixa produtividade, surgiram no bojo do próprio modelo exportador.

O que nos interessa assinalar, porém, é o fato de que essa reduzida atividade industrial, juntamente com o setor agrícola de subsistência, eram insuficientes para dar à atividade interna um dinamismo próprio. Assim, o crescimento econômico ficava basicamente atrelado ao comportamento da demanda externa por produtos primários, dando o caráter eminentemente dependente e reflexo de nossas economias. (TAVARES, 1978, p. 31).

Porém o processo de industrialização em vigor na década de 1920 do século XX foi profundamente afetado pela crise mundial de 1929.

É com respeito à natureza do processo de industrialização que a crise de 1929 constitui um marco de grande significação. Até então, o desenvolvimento do setor industrial fora um reflexo da expansão das exportações; a partir desse momento, a industrialização seria principalmente induzida pelas tensões estruturais provocadas pelo declínio, ou crescimento insuficiente, do setor exportador. (FURTADO, 1978, p. 123).

De acordo com Tavares (1978, p. 32-35), a crise prolongada dos anos trinta pode ser encarada como o ponto crítico da ruptura do funcionamento do modelo primário-exportador. Neste período ocorreria uma perda de importância relativa do setor externo no processo de formação da renda nacional, e um aumento de participação e dinamismo da atividade interna. A importância das exportações, a partir de tal década, passa a residir na necessidade de gerar divisas destinadas ao processo de diversificação da estrutura produtiva, que se dá através da importação de equipamentos e bens intermediários.

Ainda em relação às mudanças econômicas e estruturais desencadeadas no âmbito das economias latino-americanas, após a crise mundial de 1929, Furtado (1978, p. 126-128), cita que a queda acentuada da capacidade para importar, a contração do setor exportador e sua queda de rentabilidade, a restrição aos canais de financiamento externo, efeitos estes da crise mundial de 1929, modificaram o processo evolutivo das economias latino-americanas, particularmente daquelas, entre elas o Brasil, que haviam iniciado sua industrialização. A contração do setor externo gerou a expansão do setor industrial ligado ao mercado interno, num esforço de substituição total ou parcial de bens que anteriormente vinham sendo adquiridos no exterior, o que se convencionou designar como processo substitutivo de importações, que se define como sendo o aumento da participação da produção

industrial destinada ao mercado interno no produto interno bruto em condições de declínio da participação das importações no produto.

Segundo Tavares (1978, p. 134), no processo de substituição de importações, os novos setores dinâmicos surgiram e se expandiram no interior dos mercados nacionais, conferindo ao processo de desenvolvimento um caráter “parcial” e “fechado”. O processo de substituição das importações decorreu das restrições ao comércio exterior, e se tentou repetir velozmente, em condições históricas diferentes, a experiência de industrialização dos países desenvolvidos.

No caso do Brasil, de acordo com Tavares (1978, p. 59-60), o país contava com condições relativamente mais favoráveis do que a maioria dos países da América Latina quanto às variáveis internas necessárias no início do processo de substituição de importações. Quando da crise de 1929, o Brasil já dispunha de um mercado interno amplo e uma estrutura industrial que, mesmo incipiente, contava com relativa diversificação. Tais condições foram decorrentes da natureza do setor exportador, que exercia um poderoso efeito difusor sobre o espaço econômico brasileiro, gerando um vigoroso processo de urbanização acompanhado da implantação de uma infra-estrutura de serviços básicos e do desenvolvimento de indústrias “tradicionais”. As medidas de defesa do desequilíbrio externo adotadas pelo Governo Brasileiro, que resultaram da sustentação do nível de demanda interna, encontraram uma primeira reação favorável na capacidade produtiva existente e em parte subutilizada. Com o prosseguimento do estrangulamento externo e a manutenção de renda das classes ligadas ao setor exportador, manteve-se o estímulo à diversificação da atividade interna que substituiu importações, que correspondiam à demanda das classes ligadas ao setor exportador.

Com raciocínio similar em relação à utilização de capacidade produtiva anteriormente instalada, Furtado (1978, p. 134) afirma que a industrialização decorrente da substituição de importações foi um fenômeno da fase em que a contração da capacidade para importar permitiu que se utilizasse intensamente um núcleo industrial surgido anteriormente à crise, sendo que esta, ao gerar condições para a utilização intensiva da capacidade produtiva já instalada e ao ampliar a demanda de produtos intermediários e equipamentos, tornou evidente que o processo de industrialização, para avançar, necessitava ganhar profundidade.

Na seção seguinte, será explicado o processo de industrialização segundo a ótica do capitalismo tardio.

2.2 O CAPITALISMO TARDIO

A ótica do capitalismo tardio, ao explicar o processo de industrialização, parte da crítica às raízes do modelo cepalino que, ao não considerar as condições sociais e políticas, internas e externas, não consegue demonstrar a perspectiva de integração do movimento econômico da sociedade. Para Mello (1984, p. 27), a dinâmica social latino-americana é determinada, a partir do momento em que se estabelece o Estado Nacional, em primeira instância por “fatores internos” e, em última instância, por “fatores externos”. Para melhor compreensão de tal ótica, inicialmente deve-se considerar, mesmo que brevemente, as raízes do capitalismo tardio a partir do estabelecimento do Estado Nacional. Ou seja, é necessário resgatar a perspectiva de integração do movimento econômico da sociedade através da análise da dinâmica e acumulação financeira gerada pelo principal produto de exportação brasileiro, o café, sendo este o assunto a ser abordado a seguir.

2.2.1 Raízes do Capitalismo Tardio

O café, de acordo com Furtado (2001, p. 113), foi introduzido no Brasil no começo do século XVIII, e sua produção comercial assumiu importância em fins do mesmo século, quando ocorreu alta de preços do café devido à desorganização da colônia francesa do Haiti, grande produtor mundial da época. Nas duas décadas seguintes à independência, o café passou a ser o produto mais exportado pelo Brasil, representando mais de 40% do valor das exportações.

Uma vez estabelecida a demanda, a produção e expansão da atividade cafeeira dependeram, segundo Mello (1984, p. 53-72), de capital-dinheiro para montagem da estrutura produtiva (títulos de posse das terras, aquisição e manutenção de escravos, recursos para manutenção da lavoura enquanto transcorresse período de maturação do café, e outros), da disponibilidade de mão-de-obra a preços lucrativos, da existência de terras onde a produção tivesse rentabilidade e das condições de vendas relativamente autônomas, porque dependiam também do comportamento das economias importadoras.

Continuando a análise da expansão da atividade cafeeira, Mello (1984, p. 53-72) descreve que os recursos financeiros para tal propósito originaram-se do

capital mercantil nacional, que se formou na época colonial e ganhou impulso com a queda do monopólio de comércio metropolitano e com o surgimento de um embrionário sistema monetário nacional, conseqüência da vinda para o Brasil, da Família Real. A mão-de-obra escrava a preços lucrativos foi possível devido à desagregação da economia mineira e do tráfico internacional de escravos intenso até o ano de 1850, sendo vedado o tráfico após tal ano. As terras disponíveis para cultivo eram fartas (pelo menos no Estado de São Paulo), e as condições de venda dependiam dos preços do café. Em um primeiro momento, quando da generalização do consumo mundial do café, os preços internacionais do mesmo foram rebaixados e, num segundo momento, não ocorreu tendência definida de preços, mas se estabeleceu um limite superior de preço internacional, acima do qual o café era excluído do consumo popular. Explicava-se assim porque a empresa cafeeira nasceu como latifúndio e utilizava mão-de-obra escrava, pois para rebaixar o preço do café, era necessária a produção em grande escala a custos reduzidos, inviáveis com mão-de-obra assalariada por não compensar aos olhos do colono abrir mão de sua condição de subsistência, dada a vastidão de terras disponíveis, para se tornar assalariado.

Inicialmente, o desenvolvimento da produção de café destinada à exportação concentrou-se na região montanhosa próxima a cidade de Rio de Janeiro porque, segundo Furtado (2001, p. 113-114), havia ali relativa abundância de mão-de-obra escrava e proximidade do porto, reduzindo assim os custos de transporte. No final do século XIX, a produção cafeeira fluminense entraria em decadência porque, de acordo com Gremaud, Saes e Toneto Júnior (1997, p. 46), houve queda de produtividade devido ao esgotamento do solo, e no Rio de Janeiro não ocorreu um fluxo considerável de imigrantes, talvez porque o próprio declínio da produtividade e, conseqüentemente, da rentabilidade, dificultava a atração do imigrante estrangeiro. Porém a produção cafeeira deslocou-se para o Estado de São Paulo, principalmente em direção ao Vale do Paraíba paulista. Segundo Cano (1981, p. 23-24), a produção cafeeira no Vale do Paraíba atingiu seu auge no ano de 1882, com a produção anual de 2,6 milhões de sacas, entrando em decadência após este ano, devido principalmente à limitação de terras com condições que permitissem rentabilidade para o plantio do café, agravadas pela erosão e exaustão do solo.

Dada a decadência da cultura do café no Vale do Paraíba, a expansão continuou, dirigindo-se ao "Oeste Paulista", onde, ao contrário do Vale da Paraíba,

não ocorriam problemas relacionados à limitação de terras, fertilidade do solo, topografia e clima apropriado. De acordo com Cano (1981, p. 31) a produção paulista de café, que até o início da década de 1870 representava 16% do total brasileiro, 15 anos depois saltava para 40% da produção nacional.

Ainda em relação à expansão da produção cafeeira, Mello (1984, p. 69-70) cita que a mesma cresceu, entre 1821/1830 e 1841/1850, cerca de seis vezes, sendo que o cultivo predatório da terra e a grande exploração a que estava sujeito o escravo explicam a compressão dos custos que, por conferir rentabilidade à inversão no plantio do café, incentivaram o aumento da produção.

Com a expansão do plantio de cafezais, a partir da segunda metade do século XIX, surgiram problemas a serem sanados, tais como o aumento do preço dos escravos e elevação dos custos de transporte. Em sua análise sobre a questão, Mello (1984, p. 58-81) destaca que o aumento do preço dos escravos foi decorrente da proibição do tráfico de escravos e da grande exploração a que estes estavam sujeitos, que resultava em taxas de mortalidade muito superiores as taxas de natalidade, com conseqüente redução da oferta de escravos. O aumento do custo de transportes foi decorrente da interiorização do cultivo cafeeiro.

De acordo com Mello (1984, p. 80-83), a introdução da estrada de ferro, a partir de 1865, e da máquina no beneficiamento do café, a partir de 1870, foram fundamentais para reduzir os custos do processo produtivo cafeeiro. A estrada de ferro, além de reduzir os custos de transporte, desviou escravos antes empregados neste setor (de transportes) para a produção cafeeira, o mesmo ocorrendo com escravos empregados no beneficiamento do café. Saliente-se que a introdução da estrada de ferro somente foi possível pelo apoio oriundo de empréstimos do capital financeiro inglês, atraído este pela garantia de juros concedida pelo Estado Brasileiro.

Desta forma pôde prosseguir a acumulação, porém, conforme observado por Mello (1984, p. 82), a estrada de ferro e a maquinização do beneficiamento cafeeiro reforçaram e, simultaneamente, se opuseram à economia mercantil-escravista cafeeira nacional, pois criaram condições para a emergência do trabalho assalariado.

O aumento da acumulação cafeeira, incentivada pela redução de custos de transportes e maior rentabilidade na realização das vendas, decorrentes da implantação de estradas de ferro e da maquinização do beneficiamento de café,

repôs o problema da falta de mão-de-obra. Para solução de tal problema, recorreu-se a imigração. Mello (1984, p. 86-88) descreve que foi constituído, em fins do século XIX, um mercado internacional de trabalho, devido a transformações ocorridas em algumas economias europeias atrasadas, o que possibilitou a existência de um grande contingente de homens pobres dispostos a emigrar. O financiamento da imigração recaiu sobre o Estado de São Paulo. Furtado (2001, p. 128) aponta que o número de imigrantes europeus que entraram no Estado de São Paulo nas duas últimas décadas do século XIX totalizaram 793 mil imigrantes.

Desta forma, a imigração resolveu os entraves de acumulação do setor cafeeiro relacionados à questão da mão-de-obra, e ademais, possibilitou que o trabalho assalariado se tornasse dominante. Nas palavras de Mello (1984, p. 87-88), “Abolicionismo e Imigrantismo tornaram-se uma só e mesma coisa.”. Com o assalariamento da mão-de-obra, o modo de produção capitalista tornou-se dominante, cabendo a análise, a seguir, da gênese do capital industrial brasileiro e de seu entrelaçamento com o capital cafeeiro nacional.

2.2.2 Gênese e Evolução do Capital Industrial

Conforme dito anteriormente, este tópico apresentará algumas considerações iniciais a respeito da gênese do capital industrial e o entrelaçamento deste com o capital cafeeiro.

Com o nascimento das economias exportadoras capitalistas, não se constituíram simultaneamente forças produtivas capitalistas e, conforme Mello (1984, p. 96-98), a reprodução ampliada do capital não se assegurou no âmbito das economias latino-americanas, devido à ausência de constituição de um departamento de bens de produção capaz de permitir a autodeterminação do capital e libertar a acumulação de barreiras decorrentes da fragilidade da estrutura técnica do capital. Sendo assim, a industrialização capitalista na América Latina tem especificidade determinada por seu ponto de partida, que são as economias exportadoras capitalistas nacionais, e o momento em que o capitalismo monopolista se torna dominante em escala mundial.

O crescimento industrial brasileiro verificado logo após o ano de 1880 foi possível graças ao capital cafeeiro gerado em sucessíveis processos de acumulação ocorridos ao longo do século XIX. Conforme Cano (1981, p. 129), foi o capital

cafeeiro quem primeiramente promoveu a expansão industrial, de forma direta ou indireta, sendo esse capital cafeeiro oriundo dos fazendeiros, comerciantes, bancos, imigrantes ou outros agentes do complexo cafeeiro. Por sua vez, Mello (1984, p. 98) descreve que “a economia cafeeira assentada em relações capitalistas de produção engendrou os pré-requisitos fundamentais ao surgimento do capital industrial e da grande indústria.”.

De acordo com a análise de Mello (1984, p. 99-102), as condições básicas criadas pela economia cafeeira para o nascimento do capital industrial e da grande indústria foram: 1) geração de massa de capital concentrada nas mãos da burguesia cafeeira, passível de se transformar em capital produtivo industrial; 2) transformação da força de trabalho em mercadoria; 3) criação de mercado interno de proporções consideráveis. A burguesia cafeeira, enquanto matriz social da burguesia industrial, investia na indústria não em momentos de crise, mas em momentos de auge exportador, em que a taxa de acumulação financeira ultrapassava a taxa de acumulação produtiva, bastando aos projetos industriais apresentarem rentabilidade esperada positiva para se transformarem em investimentos industriais. A transformação da força de trabalho em mercadoria foi possível devido ao processo de Imigrantismo que, além de suprir as necessidades de mão-de-obra do setor cafeeiro, “depositou” nas cidades um contingente de força de trabalho excedente, sendo que a reprodução desta força de trabalho era dependente do completo exportador cafeeiro que, por gerar capacidade de importação de alimentos e meios de produção, supria as necessidades desta reprodução.

A criação do mercado interno dependeria da renda gerada pela reprodução do capital cafeeiro em seu conjunto, e de como tal renda seria repartida, representando gastos futuros no mercado interno. Mello (1984, p.104-105) explica a geração da renda através do seguinte raciocínio: A agricultura cafeeira no seu processo produtivo, tem custos de depreciação do capital fixo, pagamento de salários, custos comerciais e financeiros, custos de transportes e impostos, e realiza algum lucro. Parcela de seus custos, os comerciais e financeiros e os de transportes, são, ao mesmo tempo, renda dos setores comercial, financeiro e de serviços de transportes. Por sua vez, esta renda se transforma em depreciação do capital fixo (instalações ferroviárias, portuárias, edifícios comerciais e outros), custos de insumos (combustíveis e outros), folha de salários, impostos e lucros. Possivelmente os impostos são empregados na compra de bens de produção e no

pagamento de salários, e os lucros se repartem entre consumo capitalista e acumulação, e os salários são integralmente consumidos em alimentos e bens manufaturados de consumo.

De acordo com a explicação de Mello (1984, p 104-105), a produção de café é, ao mesmo tempo, demanda por terras, meios de produção e força de trabalho, pelo lado da acumulação, e demanda por alimentos, bens de consumo assalariado e bens de consumo capitalista, pelo lado do gasto corrente.

Voltando a questão da criação do mercado interno, Tavares (1985, p. 98) descreve que só a demanda de alimentos e bens manufaturados de consumo assalariado constituiu, inicialmente, um mercado interno em expansão, e disponível para aplicação alternativa de capital financeiro, representando efetivamente oportunidades de diversificação do capital mercantil. Foi apoiada neste mercado e mediante a transferência de capital-dinheiro, de mão-de-obra e de capacidade para importar (gerada no complexo exportador) que surgiu e se desenvolveu a indústria maquinizada no Brasil, sendo que, dadas às condições de formação do mercado interno, surgiu apenas uma determinada grande indústria, a produtora de bens de consumo assalariado e, posteriormente, a indústria leve de bens de produção.

Conforme explicado por Mello (1984, p. 102-103), a indústria pesada não surgiu no início do século XX devido à profunda mudança tecnológica, a nível mundial, porque passava tal indústria no fim do século XIX, apontando para grandes economias de escala e aumento das dimensões do investimento inicial. Isso inviabilizou, devido dificuldades de concentração de capitais e riscos de investimentos, a instalação de tal indústria no Brasil. Já a indústria de bens de consumo assalariado pôde ser instalada devido à sua tecnologia relativamente simples estar contida nos equipamentos disponíveis no mercado internacional, o que demandava investimento inicial acessível à economia brasileira de então.

Por sua vez, Tavares (1985, p. 98-100) alega que o processo de auto-bloqueio da industrialização é explicado pelo fato histórico e relativamente endógeno a que a acumulação industrial se submeteu, desde o início do processo, ao desenvolvimento da produção e do capital mercantil exportador, sendo que tal submissão decorreu da própria dinâmica interna de acumulação do café. Estando a indústria de bens de consumo instalada, a mesma servia de suporte ao esquema de reprodução do capital cafeeiro, pois garantia o custo de reprodução da mão-de-obra do completo cafeeiro quando o mesmo perdia capacidade para importar bens de

consumo manufaturado em etapas de declínio do ciclo do café, e ainda mantinha a taxa de acumulação global quando esta começava a cair, ao caírem os preços internos do café e desacelerar-se o ciclo de expansão da fronteira agrícola. Já o setor industrial dependia do capital cafeeiro para expandir-se fisicamente e repor ou ampliar a sua capacidade produtiva, pois precisava da capacidade para importar gerada no setor exportador, que substituíra, desta forma, um verdadeiro departamento de bens de produção. Também o setor industrial era incapaz de gerar internamente seu próprio mercado, dependendo para sua expansão inicial de mercados prévios criados, direta ou indiretamente, pelo complexo cafeeiro exportador, mesmo que decorrente de gasto público ou expansão da urbanização.

O movimento hegemônico do capital cafeeiro sobre o capital industrial e sua associação contraditória com este também foi analisado por Mello (1984, p. 106-108), que imaginou um modelo de ciclo, onde num primeiro momento caracterizado por alta de preços do café, a taxa real de acumulação cafeeira cresce menos que a financeira, porque os lucros brutos sobem com os preços, e o gasto em acumulação reage atrasado. Neste momento há capital monetário disponível para ser transferido ao setor industrial para expansão de sua capacidade produtiva. Em seguida, a taxa de acumulação real se acelera, respondendo atrasada ao aumento de preços, sendo que a excessiva imobilização em cafezais e a tendência à superprodução requerem mais capital do que a taxa interna de rentabilidade pode financiar. Desta forma, não podendo desmobilizar o capital industrial já invertido, apela-se ao auxílio estatal ou ao capital estrangeiro.

Continuando a análise do modelo de ciclo, Mello (1984, p.106-108) afirma que se ocorrem entradas de capital abundantes, aumenta-se a capacidade de importar e se supre a economia cafeeira de meios financeiros suficientes para agüentar a taxa de acumulação, mas ao mesmo tempo aumenta a possibilidade de concorrência externa à indústria já instalada, numa situação de queda do grau de proteção. O setor industrial se defende da tendência ao declínio de sua taxa interna de rentabilidade, acelerando a concentração e centralização do capital industrial, modernizando-se as empresas e aumentando suas escalas produtivas, com liquidação de empresas marginais. Mesmo que a taxa de acumulação global da indústria decline, a capacidade produtiva das empresas restantes se amplia e seus custos diretos de produção podem cair, devido à modernização ocorrida.

No último estágio do modelo de ciclo, segundo Mello (1984, p. 106-108) quando os preços do café começam a cair, devido à superacumulação, a taxa de rentabilidade relativa do capital industrial sobe e ajuda a manter, por pouco tempo, a taxa de acumulação da economia. No instante em que a crise se instala definitivamente, complexo exportador e indústria são arrastados. Porém a quebra da capacidade para importar defende, em certa medida, o capital industrial, que começa a se recuperar lentamente através de gradual utilização da capacidade ociosa. No momento em que preços internacionais e internos tornam a subir, começa um novo ciclo de expansão conjunta.

Ainda em relação ao ciclo exposto, Mello (1984, p. 108) esclarece que a modernização industrial, acompanhada pela expansão e concentração industrial, ocorre em momentos de expansão cafeeira, já que nestes momentos a economia se abre, aumentando a concorrência com produtos externos. Pode ocorrer até uma diversificação industrial, o que não se verificaria em períodos de escassez da capacidade para importar (crise ou guerra).

Uma vez delineada a dependência do setor industrial em relação ao capital cafeeiro, é necessário ainda delinear a dependência da economia brasileira às economias capitalistas dominantes. Mello (1984, p.108) afirma que a subordinação da economia brasileira à economia mundial capitalista estava determinada pelo lado da realização do capital cafeeiro e pelo lado da acumulação do capital industrial. Esta dependência era resultado do bloqueio da industrialização (que se expressava internamente na hegemonia do capital cafeeiro, que é predominantemente mercantil, sobre o capital industrial). Por outro lado, a fragilidade do capitalismo brasileiro transformava o país em campo de exportação de capitais dos países capitalistas maduros, pois criava oportunidades de investimentos ao capital estrangeiro: quer ao capital de empréstimo, de forma predominante, quer ao capital produtivo, que se dirigia basicamente aos setores de infra-estrutura, comercial e financeiro, mas, também, ao setor industrial.

O período compreendido entre 1880 a 1933 marcou o momento de nascimento e de consolidação do capital industrial.

Mais que isto, o intenso desenvolvimento do capital cafeeiro gestou as condições de sua negação, ao engendrar os pré-requisitos fundamentais para que a economia brasileira pudesse responder criativamente à "Crise de 29". De um lado, constituem-se uma agricultura mercantil de alimentos e uma indústria de bens de consumo assalariado capazes de, ao se

expandirem, reproduzir ampliadamente a massa de força de trabalho oferecida no mercado de trabalho, que já possuía dimensões significativas; de outro, forma-se um núcleo de indústrias leves de bens de produção (**pequena** indústria do aço, cimento, etc.) e, também, uma agricultura mercantil de matérias-primas que, ao crescerem, ensejariam a reprodução ampliada de fração do capital constante sem apelo às importações. (MELLO, 1984, p. 109).

Estas as considerações iniciais sobre o período conhecido como República Velha. No tópico seguinte, será demonstrada resumidamente a evolução do setor industrial e seus limites até o fim da República Velha, impostos pela hegemonia política do setor cafeeiro sobre o setor industrial e restante de toda economia brasileira durante o período.

2.2.3 Evolução Industrial e Evolução do Setor Cafeeiro

Antes de começar a análise, faz-se necessário compreender de que forma o capital cafeeiro impõe sua hegemonia política sobre o capital industrial e restante da economia, durante o período em estudo.

Furtado (2001, p. 115-116) afirma que a economia cafeeira, desde o seu início, foi formada por homens com experiência comercial, sendo que esta nova classe dirigente lutou, entre outros, por interferência na política financeira e econômica. Desde cedo tal classe compreendeu a importância que pode ter o governo como instrumento de ação econômica. Essa tendência à subordinação do instrumento político aos interesses do grupo econômico cafeeiro alcançou sua plenitude com a conquista da autonomia estadual, ao proclamar-se a República. A descentralização do poder permitiu uma integração ainda mais completa dos grupos que dirigiam a empresa cafeeira com a máquina política e administrativa.

Tal “integração” se manifestou seguidamente nas décadas seguintes, principalmente nas políticas de defesa do café, conhecidas como “Valorizações”. Já na “Primeira Valorização”, que ficou conhecida como “Acordo de Taubaté”, conforme descrito por Silva (1980, p. 66-67), a burguesia cafeeira conseguiu fazer com que o Governo de São Paulo emprestasse do exterior o capital necessário para comprar excedentes cafeeiros, a fim de restabelecer o equilíbrio entre oferta e demanda de café. Desta forma, a burguesia cafeeira impôs indiretamente ao conjunto do país a política que ela havia definido em Taubaté. O Governo Central acabou se responsabilizando pela “valorização”, para não perder o controle sobre a política

econômica nacional. Assim a burguesia cafeeira mostrou ao Governo Central e ao conjunto das classes dirigentes a sua dureza, quando se tratava de defender seus interesses fundamentais onde, nesses casos, o Governo Central deveria segui-la. Ela afirmava assim o seu papel hegemônico no seio das classes dominantes.

A materialização da hegemonia política se dá durante o governo de Campos Sales (1898-1902) que, conforme Gremaud, Saes e Toneto Junior (1997, p. 42-43), propôs o “pacto oligárquico”, ao criar um arcabouço político, a partir da constituição liberal de 1891, que viabilizasse o controle do Estado pelos principais grupos políticos dos grandes Estados. Tal arranjo político ficou conhecido como “política dos governadores”. Porém as políticas de defesa do café sofreram restrições dos Estados não cafeeiros e, desta forma, em termos políticos, a “política dos governadores” poderia ser objeto de ameaças. A cisão entre Minas Gerais e São Paulo na corrida presidencial de 1910 foi um exemplo desta ameaça. Porém, após 1910, São Paulo e Minas Gerais fizeram um acordo tácito através do qual, a partir de então, os presidentes da República seriam, alternadamente, representantes dos dois Estados. Tal acordo somente foi rompido no final da década de 1920, sendo que a aliança política entre os Estados rivais de São Paulo, engrossados pelo Estado de Minas Gerais, desencadeou a Revolução de 1930.

Feitas tais considerações a respeito da hegemonia política do setor cafeeiro, segue a análise da evolução do setor industrial e do setor cafeeiro.

Para se entender a evolução industrial do período em estudo, deve-se “entrelaçar” o café e a indústria.

O conhecimento da industrialização no Brasil, isto é, das formas particulares da industrialização no Brasil, deve estar, explícita ou implicitamente, apoiado na análise das relações entre café e indústria. *E a análise correta dessas relações é impossível, se considerarmos café e indústria como elementos opostos. É indispensável reunir café e indústria como partes da acumulação de capital no Brasil: mais precisamente, como partes das novas formas de acumulação cuja formação encontra as suas origens na década de 1880 a 1890.* (SILVA, 1980, p. 81).

Segundo Cano (1981, p. 143), o período compreendido entre 1881 a 1886 teve reduzidas inversões industriais, devido à crise cafeeira de 1883 a 1885, e a forte expansão do plantio de café em 1886. Tais inversões devem ter sido afetadas ainda pela redução de direitos de importação e por pequena contração dos meios de pagamento entre 1881 e 1889.

No período compreendido entre 1887 a 1889 aumentaram os investimentos no setor industrial. Cano (1981, p. 144-145) alega que no período houve forte expansão do plantio de café devido à elevação dos preços externos, sendo que tal fato deve ter dificultado a capacidade para importar, sendo tal capacidade pressionada ainda pelas importações necessárias a subsistência da imigração para o café. As alterações tarifárias que ocorreram no período, elevando os direitos sobre matérias-primas e produtos finais já produzidos no país, e reduzindo os direitos (em 1888) sobre matérias-primas não produzidas no país, proporcionaram um aumento da lucratividade industrial.

O período de 1890 a 1894 apresentou condições melhores para a expansão industrial. Segundo Cano (1981, p. 144), em tal período elevou-se o grau de proteção à indústria, sendo que a desvalorização cambial e o protecionismo tarifário ocorridos proporcionaram um acréscimo de rentabilidade industrial. Tal desvalorização cambial, para Mello (1984, p. 127) esteve ligada ao prolongamento e à aceleração da expansão cafeeira no período, contribuindo com uma contínua elevação das margens de lucro do setor. De acordo com Cano (1981, p. 144), a expansão da massa de lucros do café encontrou no aumento da rentabilidade industrial do período, o campo preferido para a transformação do capital cafeeiro em capital industrial. Em tal período ocorre ainda a reforma bancária que, de acordo com Cano (1981, p. 72-73) concedeu aos bancos o poder de emissão, transformando-os em promotores do desenvolvimento, e permitiu a estes a exploração, direta ou indireta, de outras atividades não bancárias, sendo que o grande aumento do meio circulante, a partir de 1890, reforçaria ainda mais as condições positivas desse período, onde muitos investimentos industriais, principalmente têxteis, foram concretizados. Cano (1981, p. 147) sintetiza que, no período em estudo, o capital cafeeiro contou com excelentes condições para ativar seu processo de acumulação diversificada, a saber: fartura de crédito, altos lucros, preços internos do café superiores à desvalorização cambial, e elevação menor do custo de sua mão-de-obra. Tais condições propiciaram altos investimentos industriais no período.

De 1895 a 1898 houve grande crescimento de produção industrial. De acordo com Mello (1984, p. 149-150) as condições de venda apresentaram-se favoráveis, mesmo com gasto público estagnado, uma vez que não houve corte na demanda de bens manufaturados de consumo, pois a acumulação cafeeira prosseguiu, ainda que com menor ímpeto. Além do mais, as desvalorizações

cambiais aumentaram as condições de concorrência. A produção industrial pôde aumentar em decorrência da existência de capacidade produtiva ociosa instalada entre 1890 e 1894, sendo que o aumento da produção seria inviável sem a existência de tal capacidade ociosa, uma vez que a acumulação esbarraria na escassez da capacidade para importar a partir de 1896, em decorrência da queda das exportações. Outro fato relevante do período foi à queda dos salários reais, o que deve ter ampliado a margem de lucro do setor industrial.

No período compreendido entre 1898 e 1901, a taxa de acumulação industrial caiu e a política monetária assumiu feições conservadoras, para deter o aumento interno dos preços e sustentar as margens de lucro do completo exportador. Conforme Cano (1981, p. 149), no período citado os preços externos do café baixaram ainda mais e preços internos foram afetados pela valorização cambial. A entrada de imigrantes para cafeicultura rebaixou os salários, sendo que tal queda de salários rurais refletiu-se também na economia urbana. A baixa salarial reduziu o custo da produção industrial, porém deprimiu também a demanda de bens de consumo corrente, agravando as condições de funcionamento da indústria. A Crise bancária de 1900 e a restritiva política monetária do período devem ter agravado a competição entre empresas industriais, provocando a quebra das mais frágeis. Ainda a respeito de tal período, Mello (1984, p. 151) alega que a Indústria sobreviveu devido à queda dos salários monetários, diminuição do custo de matérias-primas importadas e reforma tarifária.

Segundo Mello (1984, p. 140), a recuperação industrial entre 1903 e 1905 assentou-se na expansão do gasto público, sendo inegável que a sustentação do complexo exportador cafeeiro, ao manter seu nível de operação e ao preservar relativamente sua capacidade de acumulação, não deixou que se afetasse sua demanda corrente por bens de consumo assalariado, permitindo a diversificação da agricultura e, quem sabe, a canalização de algum capital monetário excedente para o setor industrial.

Entre 1905 e 1912 ocorreu grande expansão industrial. Antes de analisar tal expansão, faz-se necessário explicar o comportamento do setor cafeeiro. A manutenção do nível de operação do completo exportador cafeeiro foi possível devido a, segundo Mello (1984, p. 138-139), “política de valorização” definida no acordo de Taubaté. Tal política foi firmada com o objetivo de retirar do mercado os “excedentes” de café que estavam a derrubar os preços externos devido à enorme

safras de 1906. As linhas gerais de tal acordo previam a manutenção dos preços de café entre 55 e 65 francos a saca, negociação de empréstimo externo para retirar do mercado os excedentes, imposição de imposto ao plantio de novos pés de café e a proibição de exportação de cafés inferiores. Desta forma, a burguesia cafeeira optou por utilizar o elevado poder de monopólio de que dispunha como classe, pois controlava 75% da produção mundial, para manipular os preços internacionais.

A manipulação dos preços internacionais geraria outras grandes safras durante o período da República Velha. Furtado (2011, p. 180-181) afirma que a defesa dos preços proporcionava à cultura do café uma situação privilegiada entre os produtos primários que entravam no comércio internacional, e os lucros elevados incentivavam o empresário a seguir com os investimentos na cultura do café. Dada a característica de inelasticidade da demanda pelo produto, maiores safras futuras decorrentes dos investimentos incentivados pela manutenção “artificial” de preços elevados, não seriam absorvidas pelo mercado consumidor, mesmo com a queda de preços. Dessa forma, o mecanismo de defesa da economia cafeeira era, em última instância, um processo de transferência para o futuro da solução de um problema que se tornaria cada vez mais grave.

Voltando à questão da expansão industrial no período entre 1903 e 1905, a mesma ocorreu, segundo Mello (1984, p. 153-154) devido aos seguintes fatos: expansão da capacidade para importar, principalmente entre 1909 e 1912 e aceleração da entrada de capitais externos, tanto para o financiamento do investimento público quanto para o “Programa de Valorização” (acordo de Taubaté); aumento do ritmo da entrada de imigrantes, forte expansão da agricultura de alimentos e elevação dos gastos públicos.

Os anos de 1913 e 1914 foram marcados pela interrupção da expansão industrial e do setor cafeeiro. Segundo Mello (1984, p. 141) a ameaça da guerra promoveu uma corrida às importações e, ao mesmo tempo, derrubou os preços internacionais do café, o que gerou um déficit comercial inédito.

As raízes da crise industrial ocorrida entre 1913 e 1914 encontravam-se, de acordo com Mello (1984, p. 154-155) na perturbação financeira causada pela contração dos meios de pagamento e a sobreacumulação do setor industrial após 1910, sendo que ambos os problemas a Primeira Grande Guerra veio a resolver.

Segundo Mello (1984 p. 155-156) a falta de liquidez foi superada por emissões destinadas a financiar os déficits incorridos pelo Tesouro Nacional e

autorizadas para levar adiante o “Programa de Assistência à Produção Nacional”, bem como pelo poder concedido ao Banco do Brasil para efetuar operações de redesconto. Quanto à sobreacumulação do setor industrial, a mesma foi resolvida devido ao aumento do volume de exportações não tradicionais decorrente da guerra. Quanto ao setor cafeeiro, estimativas apontavam para uma grande safra no biênio 1917/1918, sendo empreendida então a “Segunda Valorização” que, segundo Mello (1984, p. 142) impediu uma profunda crise do completo exportador, pois já em 1918 os preços internacionais tiveram um significativo crescimento decorrente de geadas que danificou os cafezais, provocando uma quebra sensível na safra.

Na década de 1920, o complexo exportador cafeeiro voltou a sofrer uma extraordinária expansão. Já em 1921 esperava-se uma safra elevada. De acordo com Mello (1984, p. 159-161), ocorreu então a “Terceira Valorização”, onde foram recolhidas 4.500.000 sacas, a fim de manter o preço internacional do café. O sucesso das operações de valorização gerou a idéia de uma política de defesa permanente, destinada a manter o preço do café num patamar elevado. Tal idéia foi concretizada com a criação do Instituto do Café de São Paulo, em 1924. As condições favoráveis nos mercados externos e a “política de defesa permanente” explicam por que, apesar do aumento da oferta, os preços internacionais do café subiram em 1924 e se estabilizaram até 1929.

Segundo Mello (1984, p. 163-164), o desenvolvimento industrial da década de 1920 foi marcado pela modernização da indústria de bens de consumo assalariado e pela diferenciação da estrutura industrial. A modernização é explicada pela demanda de equipamentos após a Guerra, uma vez que durante o conflito o setor industrial foi atingido pelas dificuldades físicas de suprimento de bens de produção e pela falta de capacidade para importar. As expectativas de lucro diante de possível introdução de novos equipamentos mais eficientes devem ter estimulado a taxa desejada de acumulação. Porém, a demanda por bens de consumo assalariado não há de ter crescido às mesmas taxas que a capacidade produtiva, uma vez que economia cafeeira atravessou situação difícil em 1921. Nessas condições, em 1921, a concorrência intercapitalista se intensificou, sendo que as empresas mais débeis foram eliminadas. A seguir, em 1922 e 1923, a produção cresceu, e ocorreu a ampliação da capacidade produtiva, respaldada por margens de lucro das empresas sobreviventes, que se mantiveram em níveis altos. O

crescimento industrial foi sancionado pela expansão cafeeira e pelo acréscimo de gasto público.

Quanto à diferenciação da estrutura industrial, Suzigan (1986, p. 87) afirma que na década de 20 houve uma tendência marcante à maior diversificação da indústria de transformação. Nesta década ocorreu a instalação de uma fábrica de cimento entre 1924 e 1926 e de cinco usinas siderúrgicas, embora duas dessas usinas tivessem falido ao final da década. Nas indústrias metal-mecânicas, o investimento aumentou consideravelmente (embora menos do que no período anterior à guerra), com o início da fabricação de máquinas agrícolas pesadas, algumas máquinas e equipamentos industriais mais simples, equipamento de construção, aparelhos elétricos e outros. Também ocorreu aumento de investimento em fábricas de papel durante o período compreendido entre 1923 e 1929, com a construção de várias novas fábricas, particularmente entre 1925 e 1927, e a expansão das fábricas já existentes. Outras indústrias que tiveram sua implantação iniciada ainda na década de 1920 incluem produtos de borracha, química, farmacêutica e perfumaria.

De acordo com Mello (1984, p. 166-168), a crise enfrentada pelo complexo exportador cafeeiro a partir de Outubro de 1929 não foi resultado de mera transferência a uma economia reflexa da Grande Depressão que atingiu as economias líderes, em especial a economia norte-americana, principal importadora do café brasileiro. Tal crise foi decorrente das contradições do processo de acumulação do capital cafeeiro. A “política de defesa permanente”, ao manter a taxa de lucro do setor cafeeiro por vários anos, promoveu enorme expansão da capacidade produtiva brasileira e, ao elevar os preços internacionais do produto, conduziu a uma grande expansão da capacidade produtiva externa, acirrando a concorrência e minando, gradativamente, a posição de quase-monopólio desfrutada pelo Brasil. A “Grande Depressão” provavelmente antecipou e certamente aprofundou uma crise que seria inevitável.

A partir de Outubro de 1929, segundo Mello (1984, p. 168) começou a ruir o sistema de defesa posto em prática pelo Instituto Paulista do Café, devido à queda na demanda e ao abandono, por parte do Governo Federal, do café à própria sorte. Washington Luiz tornou-se intransigente crédulo dos mecanismos de mercado. Ao adotar tal postura, Washington Luiz perdeu o apoio dos setores ligados à cafeicultura em São Paulo, o que contribuiu para a sua deposição no ano de 1930.

Abstendo-se o Estado de qualquer intervenção no mercado cafeeiro e implantando uma política fiscal ortodoxa, a depressão teria grande profundidade, Porém o Estado não se absteve e não foi adotada uma política fiscal ortodoxa. Segundo Mello (1984, p. 171-172), a recuperação econômica brasileira foi rápida, se comparada à de outros países, pois em 1932 o Produto Interno Bruto já se situava acima do nível de 1928. O governo estadual de São Paulo, através de empréstimos externos, adquiriu 3.100.000 sacas de café e promoveu o refinanciamento de 13,5 milhões de sacas. O Governo Provisório, com Getúlio Vargas como seu chefe, criou o Conselho Nacional do Café, que se encarregou, através da compra e destruição de estoques, da política de sustentação. O Conselho Nacional do Café comprou café no montante de quase 30% da receita de exportação em 1931 e 1932, e destruiu 14,4 milhões de sacas entre maio de 1931 e fevereiro de 1933. A política de defesa do café posta em prática pelo Estado, ao assegurar a remuneração do café a preços internos que puderam cobrir os custos monetários variáveis e o consumo capitalista de grande parte das empresas cafeeiras intramarginais, sustentou relativamente o nível de operação e de renda do segmento urbano do completo exportador.

Portanto, de acordo com Mello (1984, p.172-173), as compras maciças de café foram o eixo de toda a sustentação do complexo exportador cafeeiro, e a política de defesa foi representada, conjuntamente, pela sustentação dos preços externos, pelas desvalorizações cambiais e pelos efeitos anti-depressivos das compras financiadas por créditos. Além da importância nuclear da política de defesa do café, destacou-se também a política fiscal heterodoxa praticada pelo Estado entre 1930 e 1932, podendo tal política ser caracterizada como keynesiana, ainda que não fosse esta a intenção. O que explicou os déficits públicos de 1930 a 1932 foram as despesas com a Revolução de 30, gastos com a “Guerra Paulista de 1932” e o auxílio prestado aos Estados nordestinos castigados pela seca de 1930 a 1933. O déficit de 1930 contribuiu para deter a queda da renda, e o de 1932 contribuiu para acelerar a recuperação econômica.

Segundo Mello (1984, p.110), em 1933 se inicia uma nova fase do período de transição capitalista, porque a acumulação passou a se mover de acordo com um novo padrão, em que a dinâmica de acumulação assentou-se na expansão industrial, ocorrendo um movimento endógeno de acumulação. No próximo capítulo serão abordadas as razões da ruptura da dinâmica de acumulação baseada no modelo primário-exportador.

3 RUPTURA DA DINÂMICA DO MODELO PRIMÁRIO-EXPORTADOR

O objetivo principal deste capítulo é evidenciar as razões da ruptura do modelo primário-exportador no Brasil, de acordo com a teoria dos choques adversos e com a ótica do capitalismo tardio, bem como delinear a transição a um novo modelo de desenvolvimento econômico, designado como processo de substituição de importações. Para tal tarefa, faz-se necessário evidenciar como a atuação do Estado, intencionalmente ou não, por meio da manutenção das políticas de defesa do setor cafeeiro e da adoção de políticas monetária e fiscal expansionistas, pôde favorecer a transição ao novo modelo. Pretende-se ainda, em linhas gerais, abordar a dinâmica de funcionamento do novo sistema econômico e evidenciar em que setores tal processo avançou mais significativamente na década de 1930.

Este capítulo será dividido em três seções. A primeira seção apresentará as razões da ruptura do modelo primário-exportador e a passagem ao modelo do processo de substituição de importações. A segunda seção evidenciará como a atuação do Estado, por meio da adoção de políticas econômicas em vigor na época pôde favorecer a recuperação econômica na década de 1930. Por fim, a última seção abordará a dinâmica do modelo do processo de substituição de importações.

3.1 RAZÕES DA RUPTURA DO MODELO PRIMÁRIO-EXPORTADOR

Conforme abordado no capítulo anterior, a política de defesa permanente do café, ao manter a taxa de lucro do setor cafeeiro, estimulou o aumento da produção cafeeira durante toda a década de 1920. O desequilíbrio entre oferta e procura concorreu para a redução do preço internacional do café, fato este com ocorrência não acentuada antes do final da década devido à retenção de estoques financiada com recursos oriundos do exterior. Ao final da década, com a deflagração da crise mundial de 1929, coexistiram então duas crises, a saber: uma interna, do lado da oferta, em decorrência de supersafras ocorridas devido à relativa estabilidade do preço internacional do café ao longo da década de 1920, e outra externa, do lado da demanda.

A respeito da crise de 1929 e da crise do setor exportador cafeeiro, Aureliano (1981, p. 14) afirma “que se conjugam uma superacumulação interna sem precedentes a uma contração de demanda externa de inusitada violência.”. Tal crise,

segundo Mello (1984, p. 168), produziu efeitos sobre o comportamento da demanda externa e contribuiu para deslocar o café brasileiro do mercado internacional, uma vez que as políticas de comércio exterior de quase todos os países passaram a se centrar em sistemas bilaterais de pagamentos ou de equilíbrio dentro de um bloco.

Nas crises internas anteriores, recorria-se ao capital externo para financiar a retenção dos estoques cafeeiros e, desta forma, mantinha-se o preço internacional do produto. Com a crise mundial de 1929, segundo Furtado (2001, p. 186-187), se tornou impossível obter crédito no exterior para financiar a retenção de estoques, pois o mercado internacional de capitais estava em depressão e o governo não tinha recursos para assumir tal empreitada, devido à fuga de capitais ocorrida no período, depreciando a moeda. Como consequência de tal situação, ocorreu uma queda brusca do preço internacional do café.

De acordo com Furtado (2001, p. 189), o preço do café era condicionado pelos fatores que prevaleciam do lado da oferta, sendo de importância secundária o que ocorria do lado da procura, sendo que, durante os anos de depressão, os preços pagos pelo consumidor chegaram a baixar cerca de 40%, sem que o consumo apresentasse qualquer modificação significativa.

Segundo Furtado (2001, p. 187-188), a queda do valor externo da moeda gerou alívio ao setor cafeeiro, uma vez que com a depreciação cambial as perdas seriam atenuadas. A depreciação cambial induzia o empresário cafeeiro a continuar colhendo o café, porém novas colheitas continuariam a pressionar o mercado, acarretando novas quedas de preços e depreciação cambial. Como a depreciação cambial era menor que a queda do preço internacional do café, chegaria o momento em que não seria mais vantajoso ao empresário continuar a colheita, revelando assim a ineficiência, dado o grave quadro gerado pela crise, do mecanismo cambial como instrumento único efetivo de defesa do setor cafeeiro.

Para defender o setor cafeeiro, seria necessário então retirar do mercado e destruir o excedente produtivo que não tinha possibilidade de ser vendido dentro de um prazo razoável, a fim de buscar o equilíbrio entre oferta e procura do produto e com isso reduzir a queda do preço internacional do café.

Os recursos para retirada e destruição do excedente produtivo não comercializável, conforme descrito no capítulo anterior por Mello (1984, p. 171-172), vieram do exterior, enquanto o Estado de São Paulo assumiu tal tarefa no início da década de 1930. Porém quando o Governo brasileiro encampou tal encargo, a partir

de 1931, parte dos recursos necessários, de acordo com Mello (1984, p. 172), foram financiados com impostos (65%), e o restante com créditos do Banco do Brasil e do Tesouro Nacional.

Ainda em relação aos recursos necessários para retenção e destruição do excedente produtivo não comercializável, Furtado descreve que:

Teria de ser evidente com recursos obtidos dentro do próprio país, seja retendo uma parte do fruto da exportação do café, seja com pura e simples expansão do crédito. Na medida em que se utilizou a expansão de crédito houve mais uma vez uma socialização dos prejuízos. Essa expansão do crédito, por seu lado, iria agravar o desequilíbrio externo, contribuindo para maior depreciação da moeda, o que beneficiava indiretamente o setor exportador. FURTADO (2001, p. 188)

De posse dos recursos necessários, pode-se então proceder à retenção e destruição do excedente produtivo não comercializável. Tal medida ajudou a manter o nível de atividade econômica. Sobre tal manutenção, Furtado explica que:

Ao garantir preços mínimos de compra, remuneradores para a grande maioria dos produtores, estava-se na realidade mantendo o nível de emprego na economia exportadora e, indiretamente, nos setores produtivos ligados ao mercado interno. Ao evitar-se uma contração de grandes proporções na renda monetária do setor exportador, reduziam-se proporcionalmente os efeitos do multiplicador de desemprego sobre os demais setores da economia. Como a produção de café cresceu nos anos da depressão, tendo sido a colheita máxima de todos os tempos a de 1933, é evidente que a renda global dos produtores agrícolas se reduziu menos que os preços pagos a esses produtores. FURTADO (2001, p. 190).

Mesmo com a manutenção do nível de atividade econômica, houve redução na renda monetária brasileira. Segundo Furtado (2001, p. 192), entre o ano de 1929 e o ápice da crise, a redução da renda monetária brasileira se situou entre 25% a 30%, porém manteve-se o nível de emprego, sendo que o valor do produto que se destruía era muito inferior ao montante de renda que era criado.

De acordo com Furtado (2001, p. 193-194), a compra de café para acumulação, se financiada com expansão de crédito, representava uma criação de renda que se juntava à renda criada pelos gastos dos consumidores e investidores. Ao injetarem-se na economia recursos oriundos dessa expansão de crédito, criava-se um poder de compra que, em parte, iria contrabalançar a redução dos gastos dos investidores, evitando-se assim uma queda mais profunda na demanda dos setores que dependiam indiretamente da renda criada pelas exportações.

Porém este acréscimo de poder de compra financiado com emissões, ao manter o poder de compra dos consumidores, criou desequilíbrios sobre o balanço de pagamentos, face à manutenção da demanda interna e a existência de um coeficiente de importações relativamente estável. Sem divisas, não haveria como atender tal demanda, uma vez que, conforme citado por Furtado (2001, p. 196), as divisas geradas pelas exportações eram insuficientes, durante a depressão, para cobrir as importações induzidas pela renda criada direta e indiretamente pelas exportações. A correção do desequilíbrio ocorria por meio de forte baixa de poder aquisitivo externo da moeda, gerando elevação de preços dos artigos importados, o que acabava por comprimir o coeficiente de importações. Desta forma, os preços externos se elevavam relativamente aos preços internos, e a demanda acabava represada dentro do país, rebaixando o coeficiente de importações.

Desta forma, estando represada a demanda dentro do país, a mesma acabava pressionando os produtores locais.

Depreende-se facilmente a importância crescente que, como elemento dinâmico, irá logrando a procura interna nessa etapa de depressão. Ao manter-se a procura interna com maior firmeza que a externa, o setor que produzia para o mercado interno passa a oferecer melhores oportunidades de inversão que o setor exportador. Cria-se, em consequência, uma situação praticamente nova na economia brasileira, que era a preponderância do setor ligado ao mercado interno no processo de formação de capital. A precária situação da economia cafeeira, que vivia em regime de destruição de um terço do que produzia com um baixo nível de rentabilidade, afugentava desse setor os capitais que nele ainda se formavam. E não apenas os lucros líquidos, pois os gastos de manutenção e reposição foram praticamente suprimidos. A capacidade produtiva dos cafezais foi reduzida a cerca da metade, nos quinze anos que se seguiram à crise. Restringida a reposição, parte dos capitais que haviam sido imobilizados em plantações de café foram desinvestidos. FURTADO (2001, p. 197).

O capital cafeeiro, devido à redução de rentabilidade do setor cafeeiro, dirigiu-se então para o setor industrial, contribuindo para a expansão e mudança na estrutura produtiva deste setor.

O movimento de expansão e mudança na estrutura produtiva foi acompanhado com grande sensibilidade empresarial por grande parte dos fazendeiros de café que se tornaram também industriais. Esta transferência é apenas um dos aspectos com que se apresenta uma outra característica favorável ao desenvolvimento da industrialização brasileira e que lhe é de certo modo peculiar (na América Latina). Referimo-nos à coincidência dos setores produtivos mais dinâmicos, em ambos os modelos de desenvolvimento. Essa coincidência, que se deveu de início à abundância

relativa de economias externas do eixo Rio-São Paulo, transformou o centro-sul do país numa região fortemente polarizada, através de um mecanismo cumulativo que facilitou extremamente a dinâmica do processo de substituição de importações, embora tenha resultado num violento aumento dos desequilíbrios regionais. TAVARES (1983, p. 60).

A procura interna, ao dinamizar o mercado interno, pressionou o setor industrial. Segundo Furtado (2001, p. 198), a produção industrial sofre, durante a depressão, uma queda inferior a 10%, e já em 1933 iguala o nível de 1929. Mantendo-se elevado o nível da procura e de demanda no interior do país, por meio do corte das importações, pôde ocorrer estabilidade ou até crescimento da rentabilidade das atividades ligadas ao mercado interno, sendo que tal aumento de rentabilidade ocorria de forma simultânea à queda dos lucros no setor ligado ao mercado externo, concorrendo assim para estimular um crescente aumento de investimento em tais atividades.

Porém o aumento de capacidade produtiva destes setores cuja demanda aumentou, especialmente do setor industrial, esbarrou na falta de divisas necessárias para importar equipamentos, devido à desvalorização cambial. Mediante tal quadro, Furtado (2001, p. 198), cita que provavelmente o aumento da produção ocorreu com o aproveitamento da capacidade produtiva já instalada no país.

Para que a capacidade produtiva já instalada pudesse suprir as necessidades decorrentes do aumento da demanda, supõe-se a existência de capacidade produtiva ociosa. De acordo com Aureliano (1981, p. 40), ocorreu uma tendência de sobreacumulação numa estrutura de mercado do tipo oligopólio competitivo, sendo que tal tendência confirmou-se na economia brasileira durante a década de 1920. Assim, explica-se a existência de capacidade ociosa produtiva no início da década de 1930, se for considerado o ¹processo de concorrência intercapitalista verificado na década de 1920. Aureliano, ao analisar a intensificação da concorrência intercapitalista ocorrida no Brasil na década de 1920, cita que:

Na medida em que a estrutura de mercado era do tipo oligopólio competitivo, as grandes empresas tinham um potencial de acumulação superior, e justamente elas eram capazes de se modernizar, enfrentando a concorrência externa, e crescer, mesmo na crise, às custas do

¹ Concentração e centralização do capital industrial, com modernização e aumento de escalas de produção das empresas maiores, à custa da liquidação de empresas marginais. Tal processo ocorreu na década de 1920, pois o desempenho favorável do setor cafeeiro facilitou a entrada de capitais, o que acabou por expor a indústria nacional à concorrência externa. Ver MELLO (1984, p. 107).

deslocamento da produção das pequenas e médias empresas. AURELIANO (1981, p. 40).

Na impossibilidade da instalação no país de uma indústria de bens de capital, em um cenário de crise externa e com restrições às importações, utilizou-se a capacidade produtiva ociosa existente. Sobre a produção industrial, Furtado descreveu que:

Com efeito, a produção de bens de capital no Brasil (se a medirmos pela de ferro e aço e cimento) pouco sofreu com a crise, recomeçando a crescer já em 1931. Em 1932, ano mais baixo da depressão no Brasil, aquela produção já havia aumentado em 60 por cento com respeito a 1929. No mesmo período, as importações de bens de capital se haviam reduzido a pouco mais da quinta parte. É de enorme significação o fato de que em 1935 as inversões líquidas (medidas a preços constantes) tenham ultrapassado o nível de 1929, quando as importações de bens de capital apenas haviam alcançado 50 por cento do nível deste último ano. O nível de renda nacional havia se recuperado, não obstante esse corte pela metade nas importações de bens de capital. É evidente, portanto, que a economia não somente havia encontrado estímulo dentro dela mesma para anular os efeitos depressivos vindo de fora e continuar crescendo, mas também havia conseguido fabricar parte dos materiais necessários à manutenção e expansão de sua capacidade produtiva. FURTADO (2001, p. 199).

A ascensão da produção industrial, que passa a ser o fator dinâmico mais relevante no processo de criação de renda interna, é explicada, segundo Furtado (2001, p. 202), pelos seguintes fatores: manutenção da procura monetária em nível relativamente elevado no setor exportador; encarecimento brusco das importações; existência de capacidade produtiva ociosa em algumas indústrias que trabalhavam para o mercado interno; existência no país de pequeno núcleo de indústrias de bens de capital.

Ainda a respeito do processo de industrialização ocorrido na década de 1930, Tavares (1983, p. 33) afirma que, mantido o nível de demanda preexistente e reduzida a capacidade para importar, foi rompido o ajuste anterior entre as estruturas produtivas e de demanda interna, através do comércio exterior, sendo que o reajuste posterior se produziu mediante um acréscimo substancial dos preços relativos das importações, do que resultou um estímulo a produção interna substitutiva.

Os apontamentos até então descritos a respeito das condições e razões da ruptura do modelo primário-exportador, basearam-se principalmente na obra "Formação Econômica do Brasil", do autor Celso Furtado. Na seqüência serão

descritas algumas considerações com respeito às condições que propiciaram a ruptura do modelo primário-exportador, de acordo com a ótica do capitalismo tardio, sendo tais considerações baseadas na obra “No limiar da industrialização”, da autora Liana Maria Aureliano.²

De acordo com a ótica do capitalismo tardio, o processo de industrialização verificado no Brasil foi possível devido ao avanço do capitalismo brasileiro.

A emergência do embrião do departamento de meios de produção é possível somente porque o capitalismo atinge, no Brasil, um grau relativamente avançado de desenvolvimento. Melhor ainda, é o sinal de que a economia exportadora capitalista havia levado até a plenitude suas potencialidades, sobrepassando-as mesmo, ao gerar, no seu movimento, algo de essencialmente contraditório com o padrão de acumulação que lhe era próprio. AURELIANO (1981, p. 48-49)

Com relação às condições necessárias para a passagem a um novo modelo de desenvolvimento, Aureliano (1981, p. 14) afirma que a criação de um setor produtor de bens de consumo assalariado, setor este que se moderniza na década de 1920, e a existência de uma agricultura mercantil capaz de libertar o país da importação de alimentos, são pré-requisitos indispensáveis para que o capital industrial pudesse aspirar um dinamismo próprio no futuro. A produção mercantil de alimentos e a produção de bens de consumo assalariado, segundo Aureliano (1981, p. 14), significam a plenitude do desenvolvimento da economia exportadora capitalista e, sem que tal economia tivesse desenvolvido suas potencialidades, seria impossível a passagem a uma fase mais avançada de desenvolvimento do capitalismo.

Ainda de acordo com Aureliano (1981, p. 92-93), a perda de hegemonia da fração cafeeira da burguesia, com o nascimento de um novo quadro político, e a ruptura das articulações externas da economia brasileira, foram fatores decisivos para que o capitalismo avançasse para uma nova fase de desenvolvimento.

Quanto ao desenvolvimento industrial verificado na década de 1930, Aureliano (1981, p. 124) descreve que a modificação dos preços relativos trazidos pela crise, favoreceu a lucratividade esperada da indústria leve de bens de produção, estimulando assim inversões no setor, que cresceu aceleradamente apoiado na própria demanda, uma vez que o aumento da produção industrial, ao

² No capítulo anterior já foram consideradas as condições para a ruptura do modelo primário-exportador constantes na obra “O capitalismo tardio”, do autor João Manuel Cardoso de Mello.

pressionar a capacidade para importar, encarregou-se de manter continuamente o diferencial de rentabilidade a seu favor. Tal industrialização foi incentivada pelos fatores a seguir apontados por Aureliano (1981, p. 126): abundância de força de trabalho, baixo poder de barganha do operariado industrial e considerável desempenho da agricultura mercantil de alimentos.

Na seção seguinte será analisada a atuação do Estado, e como este, por meio da adoção de medidas de política econômica como eram na época, pôde favorecer a recuperação econômica e a passagem a um novo modelo de desenvolvimento econômico.

3.2 ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL E RECUPERAÇÃO ECONÔMICA.

Conforme evidenciado nos capítulos anteriores, o desenvolvimento industrial ocorrido na década de 1930, para a maioria dos autores que abordaram a questão, tornou-se possível devido às políticas econômicas adotadas no intuito de defender a economia do desequilíbrio externo, já que tais políticas acabaram preservando e estimulando, ao minimizar os efeitos das crises interna e externa sobre a geração de renda e o volume de emprego, o nível de atividade interna. Porém, não há consenso entre diversos autores a respeito da intencionalidade ou não do governo em adotar políticas econômicas destinadas a estimular um processo de industrialização na década de 1930.

Para Mello (1984, p. 109-110), a recuperação da economia foi promovida objetivamente pela política econômica do Estado, que gerou um crescimento econômico fundado em novas bases, o que só foi possível devido à capacidade de acumulação de que o Brasil já dispunha na época, e também a medidas de política econômica que mantiveram relativamente a capacidade para importar e reservaram-na, até 1937, para a ampliação da indústria leve de bens de produção.

A respeito da questão, Furtado (2001, p. 192) afirmou que, nos anos da grande depressão, "Praticou-se no Brasil, inconscientemente, uma política anticíclica de maior amplitude que a que se tenha sequer preconizado em qualquer dos países industrializados.". Na mesma linha de raciocínio, Tavares (1983, p. 33) citou que as medidas tomadas, em decorrência do impacto sobre o setor externo, buscavam antes defender-se contra o desequilíbrio externo do que estimular a atividade

interna, sendo que as medidas adotadas, ao manter a renda interna, incentivaram o processo de industrialização.

Em contraste à posição de Celso Furtado quando à política de defesa do setor cafeeiro, Pelaez (1971, p. 8-9) afirmou que, ao manter um preço mínimo para o café por um período de 30 anos, ocorreram distorções nas lucratividades relativas da economia brasileira e foi desfeita a vantagem comparativa do Brasil na produção de café, e com isso impediu-se a utilização ótima dos recursos e a diversificação da economia com a industrialização e a evolução dos serviços.

Por sua vez, Suzigan (1984, p. 133) descreveu que a política econômica brasileira, no período compreendido entre o ano de 1930 até meados da década de 1950, pode ser caracterizada por um abandono do liberalismo econômico anteriormente adotado, com aumento constante da intervenção governamental na economia, principalmente para sustentação do setor cafeeiro. Porém, de acordo com Suzigan (1984, p. 133), não havia a adoção de um conjunto de políticas econômicas voltadas para o incentivo ao desenvolvimento industrial, embora algumas das medidas de política econômica que foram adotadas influenciassem o setor industrial.

De acordo com Aureliano (1981, p. 123), o conjunto de medidas de política econômica adotadas durante a década de 1930, acabou por atender a interesses contraditórios.

Não há dúvidas de que a defesa do café desempenhou papel fundamental, nem de que foram também cruciais especialmente os déficits fiscais de 1930 a 1932. O que quase todos não compreenderam foi a natureza da política econômica: porque amparasse a cafeicultura, houve quem visse os resultados como simples consequência de sua defesa inevitável; porque acabasse objetivamente favorecendo mais os interesses dos portadores do futuro, os do capital industrial, e menos os que encanavam o passado, os do capital mercantil exportador, alguns tratavam de enxergá-la industrializante; porque entendessem que não perseguiu "intencionalmente" a recuperação, outros a viram como o produto da ação de *policy-makers* "ortodoxos" surpreendidos por "fatores exógenos". Pois bem, esperamos ter deixado claro que só é inteligível se a tomarmos elaborada e executada pelo exercício contraditório dos interesses, numa situação de crise aberta de hegemonia. AURELIANO (1981, p. 122-123).

Nas subseções seguintes, será efetuada a análise a respeito da adoção de medidas de política econômica, de caráter monetário, fiscal, cambial e comercial, durante a década de 1930.

3.2.1 Política Monetária.

A condução da política monetária na década de 1930 teve caráter marcadamente expansionista (exceto no início da década), conforme vislumbrado nos escritos de Celso Furtado, uma vez que, dada à impossibilidade de obtenção de recursos do exterior para financiar a aquisição do excedente produtivo não comercializável, utilizou-se do expediente das emissões³.

O caráter marcadamente expansionista da política monetária pode ser delineado nos escritos de Silber⁴ (1973, citado por Versiani e Barros, 1978, p 197), que afirma que os meios de pagamentos retraíram-se, em termos nominais, em 15% entre 1929 e 1930, porém a partir de 1930 tais meios de pagamento crescem continuamente (exceto no ano de 1933), sendo que em 1939 o volume dos meios de pagamentos é o dobro do existente em 1929.

Ainda em relação à expansão monetária, e reafirmando Silber, Neuhaus (1975, p. 128) descreveu que, de modo geral, a política monetária foi expansionista entre 1932 e 1937, constituindo uma das bases da recuperação econômica iniciada em 1932.

A criação da Caixa de Mobilização Bancária (Camob) ocorreu no ano de 1932 e, segundo Neuhaus (1975, p. 121), foi criada com o intuito de auxiliar a expansão da capacidade de empréstimos do sistema bancário, já que tal capacidade havia sido comprometida pela grande proporção de reservas mantidas contra as exigibilidades em depósitos, e que eram atribuídas a incerteza causada pela depressão mundial e a existência de grandes volumes de depósitos de empresas que aguardavam a remessa para o exterior.

O papel da Camob, de acordo com Neuhaus (1975, p. 124), foi salientado a partir de 1934, quando foi aprovada a Lei do Reajustamento Econômico, que reduziu em 50% as dívidas dos fazendeiros e pecuaristas existentes, contraídas antes do dia 30 de junho de 1930, desde que fossem garantidas por penhor ou por garantias

³ Diferentemente do acordo de Taubaté, onde, segundo Furtado, ficou definido que o serviço dos empréstimos oriundos do exterior seria coberto com novo imposto cobrado em ouro sobre cada saca de café que fosse exportada, nas emissões destinadas a aquisição do estoque produtivo não comercializável logo após à crise de 1929, não foi estipulado, segundo apurado na obra "Formação Econômica do Brasil", de Celso Furtado, nenhum imposto para custear tal operação.

⁴ SILBER, Simão Davi. **Análise da Política Econômica e do Comportamento da Economia Brasileira durante o Período 1929/1939**. Tese de Mestrado – Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1973.

hipotecárias. Como os credores mais prováveis dos agricultores seriam os bancos comerciais, permitiu-se a Camob incluir as apólices do Reajustamento Econômico entre as suas operações, ficando as mesmas como garantia de empréstimos de longo prazo aos Bancos. O efeito líquido de tal medida foi o de nacionalizar as dívidas agrícolas via criação de moeda, que seria recolhida gradualmente, a medida que fosse efetuado o repagamento dos empréstimos da Camob.

Silber⁵, (1973, citado por Versiani e Barros, 1978, p. 198) aponta ainda outros elementos relevantes a serem destacados para explicar o crescimento dos meios de pagamento ao longo da década de 1930, a saber: política de defesa do setor cafeeiro, que esteve em parte associada às emissões do Tesouro Nacional e créditos do Banco do Brasil, os quais devem ter contribuído na expansão dos meios de pagamento; reestruturação em 1935 da Carteira de Redesconto do Banco do Brasil para dar maior acesso ao redesconto de títulos industriais e comerciais, sendo que isso provavelmente tenha ocorrido em consequência do crescimento industrial que se observa na época; déficits do governo no início da década, financiados totalmente através de emissões.

3.2.2 Política Fiscal

A respeito da política fiscal da década de 1930, já foram utilizados, no capítulo anterior, os escritos de Mello, para explicar a importância e as razões da existência dos déficits fiscais verificados no início de tal década.

De acordo com Silber⁶ (1973, citado por Versiani e Barros, 1978, p. 199), o déficit governamental permaneceu em níveis elevados até 1934, e pareceu a tal autor, que o aumento da participação dos gastos do governo no dispêndio global associado aos déficits elevados do início dos anos 30, deva ter sido um elemento a mais para explicar o pequeno impacto da Grande Depressão na economia brasileira, bem como um fator positivo para a recuperação do nível do produto real, a partir de 1931. Para Silber⁷ (1973, citado por Versiani e Barros, 1978, p. 199), mesmo quando o déficit diminuiu de importância na década de 1930, a participação do dispêndio

⁵ SILBER, Simão Davi. *Ibidem*

⁶ SILBER, Simão Davi. *Ibidem*

⁷ SILBER, Simão Davi, *id*

governamental permaneceu alta, em níveis maiores que os verificados na década de 1920, fato este que por si só já representa uma política fiscal expansionista.

3.2.3 Política Comercial e Cambial

Com relação à política comercial, como era na época, Aureliano (1981, p. 131) cita que, desde o ano de 1931 até o ano de 1937, foram proibidas as importações de máquinas e equipamentos para as principais indústrias de bens de consumo assalariado, atendendo as reclamações dos empresários.

Quanto à política cambial, já foi descrito por Furtado como as constantes desvalorizações ocorridas na década contribuíram para manter o nível de atividade econômica e estimular a atividade industrial, dada à queda de rentabilidade do setor cafeeiro.

De acordo com Silber⁸ (1973, citado por Versiani e Barros, 1978, p. 199), a taxa de câmbio se desvalorizou em 109% entre 1929 e 1939, devido às dificuldades do Balanço de Pagamentos devidas à queda das receitas de exportações e aos encargos da dívida externa, sendo que tal desvalorização cambial teve efeito favorável sobre a renda do setor cafeeiro, favorecendo o crescimento industrial, e contribuiu para gerar superávits de balança comercial entre 1930 e 1932, sendo que tais superávits têm como resultado a elevação da demanda agregada interna.

Na próxima seção será abordada a dinâmica de funcionamento do novo modelo de desenvolvimento.

3.3 A DINÂMICA DO PROCESSO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES.

De acordo com Tavares (1983, p. 74), pode-se entender o processo de substituição de importações, em seu sentido mais geral, como um processo de expansão e diversificação da atividade produtiva interna, principalmente a industrial, face às limitações da capacidade para importar. A análise para compreensão da dinâmica do processo de substituição de importações será baseada nos apontamentos de Maria da Conceição Tavares.

⁸ SILBER, Simão Davi, *id*

De acordo com Tavares (1983, p. 41-42), a dinâmica do processo de desenvolvimento através da substituição de importações decorre de uma série de respostas aos desafios para manter o nível de atividade econômica interna, em decorrência do estrangulamento externo ocasionado pela redução de divisas geradas pelo setor exportador. Ao longo do processo, no qual ocorrem várias modificações estruturais da economia, manifestam-se sucessivos aspectos de contradição, o que é inerente às necessidades do crescimento e a barreira que representa a capacidade para importar.

Segundo Tavares (1983, p. 42), o início do processo está atrelado à grande depressão mundial dos anos trinta, e na sua primeira fase deve-se tentar satisfazer a demanda interna existente que não tenha sido afetada pela crise do setor exportador, ou que tenha sido defendida pelo governo. A expansão da oferta pode ocorrer com maior utilização de capacidade produtiva já instalada, com a produção de bens e serviços relativamente independentes do setor externo e com a instalação de unidades produtivas destinadas a substituir bens que eram anteriormente importados. A substituição inicia-se pela via mais fácil da produção de bens de consumo terminados, principalmente porque para estes a reserva de mercado é maior.

Esta primeira fase da expansão, de acordo com Tavares (1983, p. 42-43), engendra a necessidade de prosseguir com o processo de substituição, pois a instalação de unidades industriais para produzir bens de consumo final que antes eram importados tende a expandir o mercado interno destes bens devido ao crescimento da renda, decorrente do processo de investimento. Porém, ao substituir a produção de bens de consumo final, a demanda derivada por importações de matérias-primas e outros insumos cresce. Esta é, segundo Tavares (1983, p. 43), uma contradição interna do processo, entre sua finalidade que é o crescimento do produto e as limitações da capacidade para importar.

Em resposta a demanda derivada pela instalação de novas unidades industriais, segundo Tavares (1983, p. 43), segue-se uma onda de substituições, possíveis de ocorrer somente com compressão sobre importações menos essenciais, liberando divisas indispensáveis à instalação e operação das novas unidades produtivas. A repetição desta compressão, conforme avança o processo substitutivo, torna cada vez mais difícil e custoso prosseguir, pois dadas as limitações da capacidade para importar, a pauta de importações tende a tornar-se

extremamente rígida, antes que o processo de desenvolvimento tenha suficiente autonomia pelo lado da diversificação produtiva.

Na superação contínua dessas contradições reside a essência da dinâmica do processo de substituição de importações. Teoricamente, o processo poderia continuar mediante uma seleção rigorosa do uso de divisas, até um ponto na divisão do trabalho com o exterior que correspondesse ao aproveitamento máximo dos recursos internos existentes. TAVARES (1983, p. 43).

Passadas as primeiras fases da industrialização, a manutenção da estrutura de importações sem sensíveis alterações na posição relativa dos três grandes grupos (bens de consumo, produtos intermediários e bens de capital), segundo Tavares (1983, p. 44), pode indicar que se esteja conseguindo substituir, ao mesmo tempo, em várias faixas de produtos. Para garantir a continuidade do processo, as substituições devem encadear-se de modo a não ocorrer sobreposição de picos de demanda por importações que originem um estrangulamento interno prolongado.

Resumindo, podemos concluir que, nas condições do modelo de substituição de importações, é praticamente impossível que o processo de industrialização se dê da base para o vértice da pirâmide produtiva, isto é, partindo dos bens de consumo menos elaborados e progredindo lentamente até atingir os bens de capital. É necessário (para usar uma linguagem figurada), que o "edifício" seja construído em vários andares simultaneamente, mudando apenas o grau de concentração em cada um deles de período para período. TAVARES (1983, p. 46).

A escolha das faixas de substituições, segundo Tavares (1983, p. 46), não pode ser feita através de uma visão estática do mercado interno, sendo que isto implica em que certos investimentos não podem ser efetuados a reboque da demanda final, cabendo quase sempre ao Estado, principalmente quando se trata dos investimentos de base, a responsabilidade por tais investimentos.

Ao analisar a estrutura das importações brasileiras na década de 1930, Tavares (1983, p. 76-77) verificou que o nível geral de importações de 1929 não voltou a ser atingido na década de 1930, sendo que em 1931 o volume de importações caiu mais de 50% em relação ao nível de 1929. Com relação aos bens de consumo duráveis e não duráveis, a participação destes na pauta de importações caiu significativamente, indicando a existência de um processo de substituição intenso para tais bens. Quanto aos combustíveis e lubrificantes, sua participação na pauta de importações caiu pouco, pois tais produtos, devido a ausência de uma

indústria petrolífera nacional na década de 1930, não puderam ser substituídos. Em relação às matérias-primas e produtos intermediários, observou-se que neste grupo ocorreu substituição em várias faixas importantes e estratégicas para o desenvolvimento posterior da economia.

Em resumo, podemos concluir que, durante o período do pós-crise até o fim da Segunda Guerra Mundial, foi ultimada, praticamente, a substituição possível de ser levada a cabo nos bens de consumo não duráveis, e realizados alguns esforços estratégicos de substituição nas matérias-primas e sobretudo nos materiais de construção. TAVARES (1983, p. 80).

No período de 1929 até 1939, a indústria, segundo Silber⁹ (1973, citado por Versiani e Barros, 1978, p. 187-188), “cresce 125% (aproximadamente 11% ao ano entre 1933/1939), enquanto que a agricultura, como um todo, cresce somente 20%”. O crescimento industrial verificado na década de 1930, dada à redução da quantidade total de importações na mesma década, indica a ocorrência interna de um processo de substituição de importações.

No capítulo seguinte, será efetuada a análise das óticas do capitalismo tardio e da teoria dos choques adversos, quanto aos resultados da ruptura do modelo primário-exportador sobre a economia brasileira na década de 1930.

⁹ SILBER, Simão Davi. *Ibidem*

4 CONSEQUÊNCIAS DA RUPTURA DO MODELO PRIMÁRIO-EXPORTADOR

Neste capítulo serão abordadas as consequências da ruptura do modelo primário-exportador sobre a dinâmica econômica brasileira durante a década de 1930, segundo a ótica do capitalismo tardio e a teoria dos choques adversos.

Na primeira seção do capítulo, serão abordadas as consequências da ruptura do modelo primário-exportador, em relação à dinâmica econômica, segundo a ótica do capitalismo tardio, enquanto que na segunda seção será efetuada a análise sobre a referida ruptura, de acordo com a teoria dos choques adversos.

4.1 O CAPITALISMO TARDIO: CONSEQUÊNCIAS DA RUPTURA

Nos capítulos anteriores ficou evidenciado que a consequência principal da ruptura do modelo de desenvolvimento primário-exportador foi à passagem a um novo modelo de desenvolvimento econômico, baseado principalmente na industrialização, impulsionado pela demanda gerada no mercado interno e sem possibilidade de satisfação no mercado externo devido a ausência de divisas. De acordo com a ótica do capitalismo tardio, o processo de industrialização que se inicia com a passagem ao novo modelo de desenvolvimento é restrito.

Há industrialização, porque a dinâmica de acumulação passa a se assentar na expansão industrial, ou melhor, porque existe um movimento endógeno de acumulação, em que se reproduzem, conjuntamente, a força de trabalho e parte crescente do capital constante industriais; mas a industrialização se encontra restringida porque as bases técnicas e financeiras da acumulação são insuficientes para que se implante, num golpe, o núcleo fundamental da indústria de bens de produção, que permitiria à capacidade produtiva crescer adiante da demanda, autodeterminando o processo de desenvolvimento industrial. MELLO (1984, p. 110).

Como o processo de industrialização ocorre predominantemente nas cidades, depreende-se daí que uma das consequências da passagem ao novo modelo de desenvolvimento passou a ser o predomínio da geração da renda no meio urbano, em relação ao meio rural. Conforme visualizado no capítulo anterior, não houve a recuperação do setor exportador durante toda a década de 1930, e o crescimento industrial em tal década foi bastante significativo, ratificando desta forma o predomínio da geração de renda urbana sobre a geração de renda agrária.

Quanto à restrição do desenvolvimento industrial, Mello afirma que (1984, p. 111) a industrialização manteve-se restringida, à medida que não foi desenvolvida na década de 1930 a indústria pesada de bens de produção, sendo que o núcleo fundamental do departamento de bens de produção foi implantado lentamente e de forma limitada, sempre a reboque da demanda final.

De acordo com Mello (1984, p. 112), a indústria pesada não surge no Brasil devido aos riscos que o investimento privado enfrentaria em tal empreitada, e a existência de oportunidades lucrativas de investimento com risco baixo. O investimento público, segundo Mello (1984, p. 114), também não poderia contribuir para a implantação da indústria pesada na década de 1930, dada sua restrita capacidade de arrecadação e a impossibilidade de dispor de parcela considerável da capacidade de importar, devido ao fato de que tal capacidade estava sendo utilizada para expansão e manutenção da indústria leve, numa situação em que eram diminutas as possibilidades de financiamento externo. De fato, conforme abordado no capítulo anterior, na década de 1930 o processo de substituição de importações avançou em direção aos bens de consumo não duráveis, para os quais já existia um mercado interno considerável, o que minimizou os riscos de investimento.

Da análise de Mello a respeito da incapacidade do Governo em dispor das divisas necessárias para amparar o processo de industrialização pesada, depreende-se outra consequência da ruptura da dinâmica do modelo primário-exportador, que foi a necessidade de direcionar adequadamente o uso das divisas existentes a fim de evitar o estancamento do processo de industrialização, mediante as necessidades de importações. Se antes as divisas eram utilizadas para atender a demanda por produtos necessários ou supérfluos, com o processo de industrialização, dada à restrição de divisas, seria necessário adequar o consumo das divisas de forma a poder atender as necessidades correntes e futuras do setor industrial.

A lucratividade do setor industrial era resultante, segundo Mello (1984, p. 113), da natureza pouco competitiva do sistema industrial, em condições de alto grau de proteção, e do comportamento dos custos da força de trabalho. A pressão sobre o mercado de trabalho, decorrente do crescimento vegetativo da força de trabalho urbana e das migrações internas, e o baixo poder de organização dos trabalhadores, são fatos que explicam porque a subida dos salários não se igualou ao aumento de produtividade, assegurando assim margens crescentes de lucro.

Da análise de Mello a respeito da lucratividade do setor industrial, é possível extrair outras conseqüências da ruptura do modelo primário-exportador. Conforme descrito em capítulos anteriores, em relação às razões da ruptura do modelo primário-exportador, foi apontado que a depreciação cambial, ao rebaixar os preços relativos dos produtos internos, em relação aos preços dos produtos externos, contribuiu para estimular o processo de industrialização interno. A natureza pouco competitiva do sistema industrial e o alto grau de proteção deveram-se, principalmente na década de 1930, ao processo de industrialização que surgiu estimulado, entre outros, pela desvalorização cambial, o que impediu a concorrência entre produção interna e externa.

Quanto à pressão do mercado de trabalho sobre os salários, se extrai da análise de Mello que uma das conseqüências da ruptura do modelo primário-exportador foi o processo de imigração interna e aceleração do processo de urbanização. Como a atividade cafeeira não se recuperou totalmente ao longo da década de 1930, parte da mão-de-obra antes ocupada no meio rural, na produção de cafezais, deslocou-se para o meio urbano, acelerando o processo de urbanização.

Outra conseqüência da ruptura do modelo primário-exportador foi o aumento dos desequilíbrios regionais, em termos de geração de renda e da expansão industrial. Cano, ao referir-se a expansão industrial de São Paulo, concluiu que:

Finalizando, penso ter sido claro, ao mostrar que a expansão industrial de São Paulo se deu pelo dinamismo de sua própria economia e não, como se poderia pensar, pela apropriação líquida de recursos provenientes da "periferia nacional". Se isto também ocorreu, certamente foi de menor expressão, pelo menos até 1930. A "periferia" perdeu o "jogo", tanto pela sua débil integração ao comércio internacional quanto, e principalmente, por não ter desenvolvido relações capitalistas de produção mais avançadas e, por isso mesmo, não ter diversificado suficientemente sua estrutura econômica. CANO (1981, p. 259).

Sintetizando, as conseqüências da ruptura do modelo primário-exportador quanto à dinâmica econômica na década de 1930, segundo a ótica do capitalismo tardio, foram as seguintes: surgimento de um processo de industrialização restringida; predominância da geração de renda na área urbana; necessidade de planejamento para evitar estrangulamentos ao processo de industrialização; surgimento de indústrias pouco competitivas, dado o alto grau de proteção

concedido a estas; migrações internas (do meio rural para o meio urbano); aceleração do processo de urbanização; aumento dos desequilíbrios regionais.

4.2 TEORIA DOS CHOQUES ADVERSOS: CONSEQUÊNCIAS DA RUPTURA

Nos capítulos anteriores, ao analisar o processo de industrialização ocorrido na década de 1930, foi dito que o mesmo foi possível devido à desvalorização cambial, pois esta encareceu o preço dos produtos externos em relação aos produtos internos e, dada à escassez de divisas, houve pressão sobre a produção interna. O processo de industrialização dependeu então da desvalorização cambial. De acordo com Furtado (2001, p. 204), a moeda brasileira desvalorizou-se em aproximadamente 50%, e mesmo ocorrendo flutuações do poder aquisitivo da moeda brasileira na década de 1930, o poder aquisitivo desta moeda em 1938-1939 era praticamente idêntico à do ponto mais agudo da crise, sendo que esta perda de poder aquisitivo externo da moeda brasileira permitia um amplo barateamento relativo das mercadorias produzidas no Brasil, e foi sobre a base desse novo nível de preços relativos que se processou o desenvolvimento industrial na década de 1930. O desenvolvimento industrial, amparado pelo mercado interno, levou a formação de um só mercado para produtores e importadores, sendo de relevante importância, a partir da formação deste único mercado, a flutuação da taxa cambial.

Observamos também que a formação de um só mercado para produtores internos e importadores – consequência natural do desenvolvimento do setor ligado ao mercado interno – transformou a taxa cambial em um instrumento de enorme importância para todo o sistema econômico. Qualquer modificação, num sentido ou outro, dessa taxa, acarretaria uma alteração do nível dos preços relativos dos produtos importados e produzidos no país, os quais concorriam em um pequeno mercado. Era perfeitamente óbvio que a eficiência do sistema econômico teria de prejudicar-se com os sobressaltos provocados pelas flutuações cambiais. FURTADO (2001, p. 204).

A elevação do poder de compra no exterior da moeda brasileira seria danosa aos interesses do setor exportador e do setor industrial. Para o setor exportador, significaria preços mais baixos, em moeda local, para os produtos exportados. Para o setor industrial, barateamento das mercadorias importadas e, conseqüentemente, concorrência à produção interna. O controle da taxa cambial, a fim de que a moeda brasileira não recuperasse o poder de compra no exterior, passou a ser importante

para a manutenção da geração de renda interna decorrente do novo modelo de desenvolvimento econômico.

No modelo de desenvolvimento baseado na substituição de importações, além do controle da taxa cambial, foi verificado no capítulo anterior, segundo a análise de Maria da Conceição Tavares, a importância que o Estado passa a ter quanto ao planejamento da evolução do processo de substituição de importações, já que cabe quase sempre ao Estado a responsabilidade pelos investimentos de base e de infra-estrutura necessários ao prosseguimento do processo de substituição de importações. A respeito do planejamento, Tavares afirma que:

Na realidade, mesmo do ponto de vista "estrito" da substituição de importações, o planejamento vai-se tornando cada vez mais necessário à medida que o processo avança. A escolha entre alternativas de investimento passa a ser mais difícil e, por outro lado, mais decisiva, para poder seguir adiante. Critérios como o de dar prioridade aos investimentos que poupem mais divisas (embora se trate de uma regra empírica que pode ser adotada nas primeiras fases do processo) tornam-se cada vez menos operacionais e mesmo perigosos. Em primeiro lugar, porque o cálculo se faz geralmente em termos estáticos, isto é, sem tomar em consideração o crescimento posterior da demanda interna pelo próprio produto, uma vez feita a substituição, nem o subsequente aumento da demanda por importações. Disto resulta que muitas vezes se incorpore, por um período mais ou menos longo (dependendo da rapidez do processo de integração vertical no setor substitutivo), num aumento do dispêndio de divisas, recurso escasso que originalmente se pretendia poupar. TAVARES (1984, p. 57-58).

A ruptura do modelo primário-exportador aumentou os desequilíbrios regionais, quanto ao processo do desenvolvimento industrial e da geração de renda. Segundo Tavares (1984, p. 60), a coincidência dos setores produtivos mais dinâmicos, que se deveu de início à abundância relativa de economias externas do eixo Rio-São Paulo, transformou o centro-sul do País em uma região fortemente polarizada, através de um mecanismo cumulativo que favoreceu a dinâmica do processo de substituição de importações, embora tenha resultado em aumento dos desequilíbrios regionais.

Conforme verificado em capítulos anteriores, no processo de substituição de importações, os novos setores dinâmicos surgiram e se expandiram no interior dos mercados nacionais, conferindo ao processo de desenvolvimento um caráter fechado. Este caráter fechado implicou em falta de competição dos novos setores dinâmicos com seus congêneres externos, o que oportunizou a aqueles realizar o processo produtivo com altos custos. Segundo Tavares (1984, p. 54), uma das

críticas feitas ao processo de industrialização na América Latina destaca os problemas de altos custos dos bens produzidos, sendo tal fato atribuído constantemente à falta de competição.

Com a ruptura do modelo primário-exportador, e posterior processo de industrialização decorrente do modelo de substituição de importações, uma das conseqüências é o aumento do desemprego estrutural da mão-de-obra não qualificada. Quanto ao emprego no setor industrial, Tavares (1984, p. 56) descreve que o mesmo cresceu menos que o aumento populacional, sendo que tal fato não se deve somente ao crescimento populacional, mas também a adoção de tecnologias com alta densidade de capital.

Sintetizando, as conseqüências da ruptura do modelo primário-exportador quanto à dinâmica econômica na década de 1930, segundo a teoria dos choques adversos, foram as seguintes: formação de um mercado interno único para produtores e importadores; necessidade de controle da taxa cambial, a fim de evitar queda no nível geral da atividade econômica; necessidade de planejamento para prosseguir com o processo de substituição de importações; desequilíbrios regionais no processo de desenvolvimento industrial e de geração de renda; existência de altos custos produtivos industriais; tendência ao desemprego estrutural da mão-de-obra não qualificada.

4.3 ANÁLISE DA RUPTURA DO MODELO PRIMÁRIO-EXPORTADOR, SEGUNDO AS TEORIAS ABORDADAS

De acordo com a doutrina econômica da CEPAL, não haveria espaço para a industrialização dentro do modelo primário-exportador. Ao referir-se a doutrina econômica cepalina, Suzigan (1986, p. 24) descreve que, para tal doutrina, a especialização produtiva e a exportação de produtos primários não teriam a capacidade de incentivar o desenvolvimento industrial. Porém a industrialização, ou melhor, o crescimento industrial, ocorreu no modelo primário-exportador. Furtado (1978, p. 116), ao descrever que o ponto de partida da industrialização latino-americana foi a especialização na produção, e Tavares (1978, p. 30), ao citar que o desenvolvimento do setor exportador gerou um processo de urbanização, ao longo do qual se estabeleceram indústrias de bens de consumo interno, confirmam a

existência de crescimento industrial na dinâmica de desenvolvimento econômico do modelo primário-exportador.

Mais do que isso, tais citações de Furtado e Tavares diferenciam suas análises da doutrina cepalina original, sendo que tais análises convergem com a análise da ótica do capitalismo tardio, já que para esta o crescimento industrial ocorria simultaneamente a “vigência” do modelo primário-exportador, uma vez que as inversões no setor industrial, segundo a ótica do capitalismo tardio, ocorriam nos momentos de auge do setor exportador.

A aceitação da existência de crescimento industrial no modelo primário-exportador, por parte de Furtado e Tavares, não os caracteriza como defensores da corrente de pensamento ligada à ótica do capitalismo tardio. Furtado (1978, p. 123), ao referir-se à crise de 1929, quando afirma que o desenvolvimento industrial anterior à crise foi um reflexo da expansão das exportações, e que o crescimento industrial após a crise foi induzido pelas tensões estruturais geradas pelo declínio do setor exportador, deixa claro que os choques adversos (crise no setor exportador e crise mundial de 1929) é que induziram o crescimento industrial posterior à crise de 1929, e não o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, conforme a ótica do capitalismo tardio.

A ótica do capitalismo tardio entende o crescimento industrial como parte da evolução do capitalismo no Brasil, sendo tal evolução atrelada à evolução do capitalismo mundial.

Enfim, reversamente, a História do capitalismo é também a nossa História: o capitalismo não pode formar-se sem o apoio de acumulação colonial; o capitalismo industrial valeu-se da periferia para rebaixar o custo de reprodução tanto da força de trabalho quanto dos elementos componentes do capital constante; ademais, dela se serviu quer como mercado para sua produção industrial, quer como campo de exportação de capital financeiro e, mais adiante, produtivo. MELLO (1984, p. 177).

A acumulação de capital gerada no setor exportador, decorrente da demanda externa por produtos primários, foi responsável pelo crescimento industrial, logo o crescimento industrial, indiretamente, dependeu da demanda externa. De acordo com a ótica do capitalismo tardio, o desenvolvimento do capital cafeeiro gerou as condições para a passagem a um novo modelo de desenvolvimento econômico, sendo tal fato corroborado por Mello (1984, p. 109), ao citar que “o intenso desenvolvimento do capital cafeeiro gestou as condições de sua negação”.

Se não ocorresse a crise do setor exportador simultaneamente à crise mundial de 1929, ocorreria a ruptura da dinâmica do modelo primário-exportador na década de 1930, mesmo com o intenso desenvolvimento do capital cafeeiro? Mantida a possibilidade de obtenção de recursos externos, caso não ocorresse à crise mundial de 1929, recursos estes que seriam destinados à retenção da produção excedente de café não comercializável no exterior, mantendo assim a lucratividade do setor cafeeiro, mesmo assim ocorreria a passagem a um novo modelo de desenvolvimento econômico?

Não cabe a este trabalho apresentar respostas aos questionamentos apontados. Suzigan resumiu os aspectos analíticos fundamentais da teoria dos choques adversos conforme a seguir:

A ocorrência de um choque adverso (crises no setor exportador, guerras, crises econômicas internacionais) afetando o setor externo da economia aumenta os preços relativos das importações e/ ou impõe dificuldades à importação. Em consequência, a procura interna, sustentada por políticas econômicas expansionistas, desloca-se para as atividades internas substituidoras de importação. SUZIGAN (1986, p. 23).

Conforme o resumo de Suzigan, e conforme os apontamentos de Furtado, citados no capítulo anterior, a respeito das razões para a ruptura da dinâmica do modelo primário-exportador, pode-se afirmar que as crises do setor exportador e a crise mundial de 1929 representaram choques adversos sobre a economia brasileira.

Não cabe aqui repetir, na sua íntegra, o raciocínio de Furtado, exposto no capítulo anterior, quanto às razões da ruptura da dinâmica do modelo primário-exportador. É necessário lembrar que, em sua análise, Furtado cita que a depreciação cambial e a política de defesa do café (emissões monetárias), ao manterem o nível de renda interna, dada à restrição as importações e a queda dos preços externos em relação aos preços internos, tornaram os investimentos no setor industrial lucrativos, uma vez que a demanda antes exercida no mercado externo voltou-se para o mercado interno, incentivando assim atividades industriais internas substituidoras de importações.

Ao referir-se ao crescimento industrial verificado na década de 1930, Mello e Aureliano acompanham, em suas linhas, gerais, a análise original de Furtado. Aureliano (1981, p. 124) descreve que a modificação dos preços relativos trazidos

pela crise, favoreceu a lucratividade esperada da indústria leve de bens de produção, estimulando assim inversões no setor, que cresceu aceleradamente apoiado na própria demanda, uma vez que o aumento da produção industrial, ao pressionar a capacidade para importar, encarregou-se de manter continuamente o diferencial de rentabilidade a seu favor. Por sua vez, Mello (1984, p. 109) afirma que “a taxa de lucro esperada da indústria leve de bens de produção foi favorecida pelo forte protecionismo externo gerado pela quebra da capacidade para importar”.

5 CONCLUSÃO

A proposta deste trabalho foi definir, entre a teoria dos choques adversos e a ótica do capitalismo tardio, qual delas explicou mais adequadamente a ruptura da dinâmica do modelo primário-exportador e a passagem a um novo modelo de desenvolvimento econômico brasileiro.

Após descrever e analisar a ótica do capitalismo tardio verificou-se que a mesma tratou de descrever as condições necessárias para a passagem a um novo modelo de desenvolvimento, sendo que a razão para a ruptura do modelo primário-exportador seria o próprio desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Ao descrever a evolução do setor cafeeiro e seu entrelaçamento com o setor industrial, e a evolução deste, foram sendo delineadas as condições para a passagem a um novo modelo de desenvolvimento, ao mesmo tempo em que se estava sendo contada a história do desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

Em relação à teoria dos choques adversos, não como uma teoria de aplicação geral, porém aplicável a análise de Furtado a respeito da década de 1930, foi descrito, de acordo com a análise de Furtado constante em sua obra clássica, Formação Econômica do Brasil, que a crise mundial de 1929 e a crise ocasionada pela oferta excessiva de café ao final da década de 1920, de fato afetaram o setor externo da economia brasileira. O aumento dos preços relativos das importações e a não recuperação do setor exportador durante toda a década, dada a manutenção da renda decorrente da política monetária expansionista (políticas de defesa do café), pressionaram a demanda no mercado interno, aumentando assim a rentabilidade nas atividades internas substituidoras de importações, levando assim a ruptura do modelo primário-exportador e a passagem a um novo modelo de desenvolvimento econômico.

Caso não ocorresse a crise mundial de 1929 e a crise decorrente do excesso de oferta de café, mantendo-se as condições de financiamento necessárias a retenção dos estoques não comercializáveis de café no mercado exterior, mesmo com o desenvolvimento da economia brasileira apontado pelos expoentes defensores da ótica do capitalismo tardio, haveria a ruptura do modelo primário-exportador e a passagem a um novo modelo de desenvolvimento econômico?

Por outro lado, há como se pensar na ruptura do modelo primário-exportador e a passagem a um novo modelo de desenvolvimento econômico, sem considerar o

desenvolvimento da economia brasileira no momento anterior à ruptura? O surgimento de um mercado consumidor interno, mesmo que reduzido, a diversificação e modernização industrial ocorridas na década de 1920, mesmo que limitadas, conseqüências da expansão do setor cafeeiro, não são condições indispensáveis para a passagem a um novo modelo de desenvolvimento econômico?

Furtado, ao referir-se a mudança do modelo de desenvolvimento econômico, destaca o papel da demanda interna como fator propulsor do crescimento das atividades internas substituidoras de importações, citando ainda que, devido a restrição da capacidade para importar, só foi possível atender a demanda interna devido a existência de capacidade produtiva ociosa, sendo tal capacidade ociosa fruto da modernização ocorrida na indústria na década de 1920, conforme apontado por Mello e Aureliano.

Assim sendo, há alguma compatibilidade e complementaridade nas abordagens sobre a ruptura do modelo primário-exportador. Se Furtado admite a importância da formação do mercado interno e da existência de capacidade produtiva ociosa como fatores relevantes para a ruptura do modelo primário-exportador, Mello e Aureliano acompanham, em linhas gerais, a análise original de Furtado ao referirem-se ao crescimento industrial verificado na década de 1930.

REFERÊNCIAS

- AURELIANO, Liana Maria. **No limiar da industrialização**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1981.
- FURTADO, Celso. **A economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos**. 2. ed. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1978.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 30 ed. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 2001.
- GREMAUD, Amaury Patrick; SAES, Flavio Azevedo Marques de; TONETO JUNIOR, Rudinei. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1997.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio: contribuição a revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- NEUHAUS, Paulo. **História monetária do Brasil, 1900-45**. Rio de Janeiro: IBMEC, 1975.
- PELAEZ, Carlos Manoel. As conseqüências econômicas da ortodoxia monetária, cambial e fiscal no Brasil entre 1889-1945. **Revista Brasileira de Economia**. v. 25, n. 3, p. 5-82, 1971.
- PREBISCH, Raul. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. **Revista Brasileira de Economia**, v. 3, n. 3, p. 47-111, 1949. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/2443/1767>. Acesso em 11/4/2011.
- RODRIGUEZ, Octavio. **Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.
- SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. 3. reimpressão. São Paulo: Alfa Omega, 1980.
- SUZIGAN, Wilson. **Indústria brasileira: origem e desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- SUZIGAN, Wilson. Notas sobre desenvolvimento industrial e política econômica no Brasil da década de 30. **Revista de Economia Política**. v. 4, n. 1, p. 132-143, 1984. Disponível em: <http://www.rep.org.br/pdf/13-9.pdf>. Acesso em 02/05/2011.
- TAVARES, Maria da Conceição. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1985.

TAVARES, Maria da Conceição: **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**: ensaios sobre economia brasileira. 7. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

TAVARES, Maria da Conceição: **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**: ensaios sobre economia brasileira. 11. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

VERSIANI, Flavio Rabelo; BARROS, José Roberto Mendonça de (Org.). **Formação econômica do Brasil: a experiência da industrialização**. Série ANPEC de leituras de economia. São Paulo: Saraiva, 1978.